



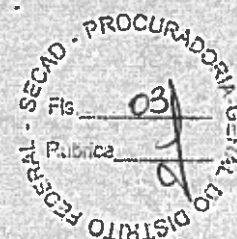
Poder Judiciário
Supremo Tribunal Federal

Recibo de Petição Eletrônica

Identificação petição	36713/2013
Classe	AÇÃO CAUTELAR
Petição	2013/36713
Hipótese	Preparatória (Outras hipóteses)
Identificacao do processo	AÇÃO CAUTELAR 3425
Numeração Única	99907416220131000000
Data	6/8/2013 17:53:36.70 GMT-3
Assunto	1-DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO(DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO)
Preferências	Medida Liminar



Partes	<p>DFTRANS - TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL(AUTOR(A/S)(ES)-Ativo)</p> <p>Advogados: EDVALDO COSTA BARRETO JUNIOR (PROCURADOR(ES))</p> <p>CONDOR - TRANSPORTES URBANOS LTDA(RÉU(É)(S)-Passivo)</p> <p>LOTÁXI TRANSPORTES URBANOS LTDA(RÉU(É)(S)-Passivo)</p> <p>VIPLAN VIAÇÃO PLANALTO LTDA(RÉU(É)(S)-Passivo)</p>
Peças	<p>1 - Peticao inicial 1(Peticao inicial)</p> <p>2 - Documentos comprobatórios 1(Documentos comprobatórios)</p> <p>3 - Documentos comprobatórios 2(Documentos comprobatórios)</p> <p>4 - Documentos comprobatórios 3(Documentos comprobatórios)</p> <p>5 - Documentos comprobatórios 4(Documentos comprobatórios)</p> <p>6 - Documentos comprobatórios 5(Documentos comprobatórios)</p> <p>7 - Documentos comprobatórios 6(Documentos comprobatórios)</p>





PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

PROCAD

EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO PRESIDENTE DO EGRÉGIO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

O **DFTRANS**, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo Procurador do Distrito Federal adiante assinado e regularmente constituído por força de lei, no exercício regular das atribuições do cargo, com domicílio na SAIN, Bloco I, Edifício Sede da Procuradoria Geral do Distrito Federal, Brasília/DF, com o devido respeito e acatamento, com fundamento nos artigos 798 e 799 do Código Processo Civil, ajuizar esta

**MEDIDA CAUTELAR
COM PEDIDO DE LIMINAR**



em face do conteúdo da decisão interlocutória proferida pela Egrégia 2ª Turma Cível de Brasília, que decidiu por reter o recurso extraordinário, processo nº. 2012.00.2.027845-4 - nos autos da Ação Cominatória proposta pelas empresas VIPLAN - VIAÇÃO PLANALTO LTDA.; CONDOR - TRANSPORTES URBANOS LTDA.; E LOTÁXI - TRANSPORTES URBANOS LTDA, inscritas no



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

PROCAD

CNPJ sob os nºs 00.091.702/0001-28, 00.647.289/0001-35 e 00.601.674/0001-41, respectivamente, que podem ser citadas, todas elas, no SGCV/Sul, Conjuntos 7/8, Brasília/DF, bem como seu imediato processamento, ainda que proveniente de decisão interlocutória.

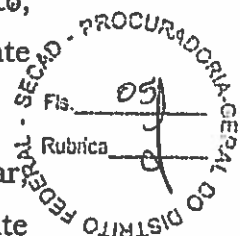
O v. acórdão relativo ao Agravo de Instrumento, entendeu que se tratava de caso de retenção do recurso extraordinário e determinou o seu apensamento aos autos da causa, contudo tal posicionamento, com o devido respeito, não merece prosperar, tendo em vista o *fumus boni iuris*, representado pela consistência jurídica do Recurso Extraordinário interposto (cópia anexada), e o *periculum in mora* em face dos irreparáveis danos que o v. Acórdão combatido causará à Entidade Autarquia e à própria sociedade.

I - Do cabimento da medida cautelar

Embora haja fundada dúvida na doutrina acerca de qual o remédio cabível para permitir o imediato processamento dos recursos excepcionais que foram objeto de retenção, a jurisprudência deste Egrégio Supremo Tribunal Federal tem admitido o manejo de medida cautelar para tais situações.

O cabimento da medida cautelar em hipóteses como a presente, como se sabe, está vinculada tão somente à existência de seus conhecidos requisitos: *fumus boni iuris* e *periculum in mora*. No caso concreto, como restará mais adiante evidenciado, de fato estão perfeitamente caracterizados tais requisitos.

Ainda quanto ao cabimento e objeto desta medida cautelar, cumpre esclarecer que o recurso extraordinário interposto, embora se volte contra acórdão prolatado em sede Agravo de Instrumento, portanto apresentado contra decisão interlocutória, não poderá permanecer retido, como seria usual, nos termos do Art. 542, § 3º do Código Processo Civil.





PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

PROCAD

É que a jurisprudência desse Egrégio Tribunal, trilhando o caminho que os doutrinadores já apontavam, vem aceitando, em certas hipóteses, medida cautelar para afastar a regra mencionada, determinando a subida imediata do recurso extraordinário que impugna decisão interlocutória.

Observem a emente do seguinte julgado, que bem demonstra a possibilidade de cabimento da medida cautelar no caso em apreço:

EMENTA AGRAVO REGIMENTAL EM AÇÃO CAUTELAR. RECURSO EXTRAORDINÁRIO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO RETIDO NA ORIGEM. ART. 542, § 3º, DO CPC. PROCESSAMENTO IMEDIATO. 1. Embora a jurisprudência desta Corte admita o ajuizamento de ação cautelar para impugnar a retenção de recurso extraordinário fundada no art. 542, § 3º, do CPC, o excepcional processamento imediato do apelo extremo interposto contra decisão de caráter interlocutório supõe seja (i) comprovado o risco de prejuízo irreparável ou de difícil reparação; e (ii) demonstrado a viabilidade processual do recurso extraordinário e a plausibilidade da tese nele defendida. Precedentes. 2. Conducente, o exame perfunctório da admissibilidade do recurso extraordinário cujo trânsito imediato a parte pretende viabilizar, à ausência do fumus boni iuris, não se justifica, forte nos arts. 796 a 812 do CPC e 304 do RISTF, a ação cautelar. Agravo regimental conhecido e não provido.

(AC 3265 AgR, Relator(a): Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, julgado em 05/03/2013, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-052 DIVULG 18-03-2013 PUBLIC 19-03-2013)

É, data venia, incontroverso o cabimento da medida cautelar em questão, tendo em vista que, segundo se verá a seguir, presentes os seus pressupostos.

✓



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

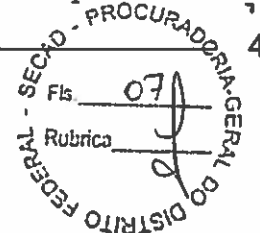
PROCAD

II – O caso concreto

Na origem, as empresas VIPLAN – VIAÇÃO PLANALTO LTDA.; CONDOR – TRANSPORTES URBANOS LTDA.; E LOTÁXI – TRANSPORTES URBANOS LTDA. ajuizaram ação cominatória em desfavor do DFTRANS com o objetivo de obter valores dos cofres públicos que perfaziam à época importância superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).

Para embasar o seu pleito, aqueles Autores da Ação Cominatória valeram-se dos seguintes argumentos:

- (i) Afirmam que são permissionárias do serviço de transporte de ônibus coletivo;
- (ii) Narram que foi implantado no âmbito do Distrito Federal o sistema de bilhetagem automática (SBA), por meio do qual o pagamento das tarifas pelos usuários era feito por meio de catracas eletrônicas e cartões magnéticos;
- (iii) Contam que a implantação do referido sistema foi custeada pelas empresas permissionárias;
- (iv) Afirmam que o sistema de bilhetagem funciona da seguinte forma: o SBA, que atualmente é gerido pelo DFTRANS, comercializa as passagens por meio de cartões magnéticos e a receita que arrecada deve ficar disponível às empresas transportadoras;
- (v) Continuam afirmando que os repasses são feitos para as permissionárias na proporção de uso pelos usuários, após a efetiva prestação do serviço;
- (vi) Narram, mas sem qualquer prova, que, atualmente, os repasses são feitos pelo DFTRANS ao seu bel-prazer, a qualquer tempo e modo;
- (vii) Aduzem que, em decorrência dos repasses ainda





PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

PROCAD

não efetuados, o DFTRANS glosou mais de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) que supostamente seriam devidos àquelas Autoras da Ação Cominatória;

(viii) Dizem que, por conta de um memorando expedido pelo DFTRANS, este havia reconhecido o débito em favor das Autoras no importe de R\$ 1.311.115,50 (Memo n.º 268/2012);

Em síntese, estes foram os argumentos levantados pelas empresas Autoras para embasar o seu pleito.

Ao final de sua narrativa, pediram a antecipação dos efeitos da tutela no sentido de determinar ao DFTRANS que se abstinhasse de fazer novas retenções dos valores que lhes são supostamente devidos, **bem como que fosse procedido ao repasse imediato dos valores já retidos.**

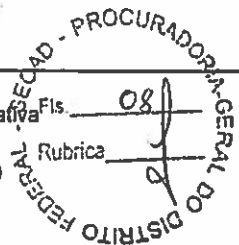
Ao analisar o pleito antecipatório, o Juízo *a quo* o deferiu nos seguintes termos:

"[...]

Ante o exposto, defiro a antecipação dos efeitos da tutela para determinar que o Réu se abstenha de fazer retenções indevidas no repasse dos valores decorrentes do sistema de bilhetagem automática, bem como para que efetive o repasse, em até 5 (cinco) dias, dos valores incontroversos, reconhecidos no MEMO n.º 268/2012, DFTRANS-SBA-IS107/11."

Em face dessa decisão, o DFTRANS interpôs agravo de instrumento, o qual foi distribuído para a 2ª Turma Cível do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, que o desproveu nos seguintes termos:

"OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER. PRECATÓRIO. DESNECESSIDADE. Na ação cominatória movida contra a Fazenda Pública não há sentença condenatória à obrigação de dar (pagamento), mas à obrigação de "fazer/não fazer". Isso significa que a segunda fase do processo de conhecimento, por ocasião da execução da sentença, se favorável aos autores, não segue o rito do art. 730 do CPC; consequentemente, a eventual futura execução de sentença a ser proferida nessa ação não ensejará a expedição de precatório ou RPV. Recurso conhecido e não provido."





PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

PROCAD

Ocorre que, ao assim decidir, o posicionamento adotado pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal contrariou diversas disposições legais, tanto de índole constitucional, como de *status* infraconstitucional.

É justamente por entender, o DFTRANS, que tal decisão não merece sobreviver no meio jurídico, já que proferida em manifesta contrariedade à legislação de regência, sobretudo em total afronta a dispositivos de natureza constitucional, se interpôs recurso extremo para que fosse feita justiça no caso concreto.

Todavia, o Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, ao efetuar o primeiro juízo de admissibilidade do recurso, concluiu que, *verbis*:

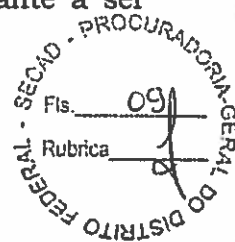
"Trata-se de recurso extraordinário interposto contra acórdão prolatado em agravo de instrumento, este manejado contra decisão proferida em processo de conhecimento, em sede de ação cominatória. Nos termos do artigo 542, §3º, do Código de Processo Civil, cuida-se de caso de retenção do recurso, impondo-se o seu apensamento aos autos da causa."

Isto é, o Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios submeteu o recurso extraordinário interposto ao regime de retenção, mesmo existindo risco grave e iminente para a parte recorrente.

Em um breve resumo, era o que tinha de relevante a ser relatado.

III – Do recurso extraordinário interposto e o *fumus boni iuris*

Necessário mostrar o cabimento do recurso extraordinário já interposto e a certeza da procedência de seu pedido, pois é clara a contrariedade artigo 100 da Constituição da República, que consagra a





PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

PROCAD

necessidade de obediência ao regime dos precatórios quando se tratar de pagamentos devidos pela Fazenda Pública em processos judiciais. Explica-se:

Como se vê da leitura do acórdão guerreado por meio do recurso extraordinário submetido ao regime de retenção, a 2ª Turma Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios negou provimento ao recurso de agravo de instrumento interposto pelo DFTRANS, ao argumento de que, em sede de ação cominatória em que se objetiva o pagamento de dinheiro, não há obrigação de dar (pagamento), mas sim obrigação de fazer/não fazer.

Com base nessa linha de raciocínio, o entendimento encampado pelo Tribunal recorrido foi no sentido de que, neste caso concreto, não seria aplicável a regra do precatório.

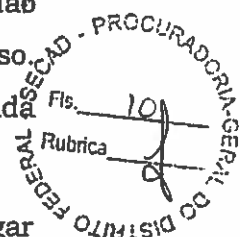
Interposto o recurso extremo adequado, novamente houve cerceamento de defesa, quando da decisão de retenção deste recurso.

Ocorre que esta não é a melhor interpretação que se confere ao dispositivo em comento. Explica-se:

Os débitos da Fazenda Pública, constituídos por meio de decisão judicial (sentença) somente poderão ser adimplidos após o trânsito em julgado da sentença. Este é o teor do artigo 100 da Constituição da República. O caso dos autos é justamente este: há claro debate acerca da certeza ou não do direito das empresas Autoras em receber o valor pleiteado no juízo de piso. Isto é, não há certeza acerca do direito ao pagamento da importância pleiteada em juízo (R\$ 1.300.000,00).

Em outro de dizer, em se tratando de obrigação de pagar contra a Fazenda Pública, como é o caso dos autos, não se procederá a medidas de constrição patrimonial. Aplicam-se as regras do Precatório (ou da Requisição de Pequeno Valor, conforme o caso), a partir da presunção de solvibilidade do Poder Público.

Vejamos o que diz a legislação que trata do tema:





PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

PROCAD

CONSTITUIÇÃO FEDERAL:

Art. 100. Os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.

§ 1º Os débitos de natureza alimentícia compreendem aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou por invalidez, fundadas em responsabilidade civil, **em virtude de sentença judicial transitada em julgado**, e serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, exceto sobre aqueles referidos no § 2º deste artigo.

(...)

§ 3º O disposto no caput deste artigo relativamente à expedição de precatórios não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em leis como de pequeno valor que as Fazendas referidas devam fazer **em virtude de sentença judicial transitada em julgado**.

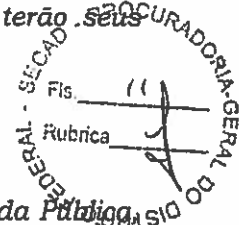
(...)

§ 5º É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos, **oriundos de sentenças transitadas em julgado**, constantes de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente.

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL:

Art. 730. Na execução por quantia certa contra a Fazenda Pública, citar-se-á a devedora para opor embargos em 10 (dez) dias; se esta não os opuser, no prazo legal, observar-se-ão as seguintes regras:

I - o juiz requisitará o pagamento por intermédio do presidente do tribunal competente;



[Handwritten signature]



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

PROCAD

II - far-se-á o pagamento na ordem de apresentação do precatório e à conta do respectivo crédito.

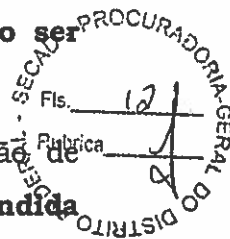
Realmente, em razão da exigência constitucional e legal acima citada, a expedição das requisições de pagamento (sejam Precatórios, sejam Requisições de Pequeno Valor) pressupõe o trânsito em julgado não só da decisão proferida na fase de conhecimento, mas também dos próprios Embargos à Execução eventualmente interpostos pela Fazenda Pública, conforme pacífico e remansoso entendimento do C. Superior Tribunal de Justiça:

*“EMBARGOS À EXECUÇÃO. EFEITO SUSPENSIVO. AGRAVO REGIMENTAL CONTRA DECISÃO QUE INDEFERIU A CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO. (...) 2. A expedição do precatório somente se viabiliza após a definição do quantum debeat, resultante do exame das questões arguidas nos embargos à execução. Nesses termos, OS VALORES IMPUGNADOS SOMENTE PODERÃO SER PAGOS APÓS O TRÂNSITO EM JULGADO DOS EMBARGOS À EXECUÇÃO, INDEPENDENTEMENTE DA CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO. 3. Agravo regimental desprovido.” (grifamos)
(AgRg nos EmbExeMS 6.864/DF, Rel. Ministra LAURITA VAZ, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 13/10/2010, DJe 05/11/2010).*

Dessa maneira, ainda que os valores fossem incontroversos, o que se admite somente para argumentar, não seria possível o pagamento por meio de uma decisão interlocutória. Questão anterior e prejudicial ainda está *sub judice*, sendo constitucionalmente vedado, portanto, o cumprimento da decisão, sendo certo que somente com o trânsito em julgado respectivo poderá eventual pagamento ser feito em favor das Autoras.

De fato, a expedição de Precatório ou de Requisição de Pequeno Valor depende do trânsito em julgado da decisão judicial, *entendida* esta como a última proferida no processo de execução que diga respeito à quantia devida, ou seja, trânsito em julgado dos Embargos à Execução.

É a própria Lei Maior que veda a expedição de Precatório e de Requisição de Pequeno Valor enquanto o crédito ou o procedimento





PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

PROCAD

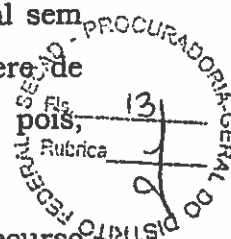
para quitá-lo estiverem sendo objeto de discussão judicial, revelando à toda prova a absoluta impossibilidade de cumprimento da decisão recorrida, sob pena de direta violação aos artigos 100 da CF/88 e 730 do CPC.

Nesse diapasão, verifica-se que a r. decisão anteriormente agravada, ao cancelar a decisão do juízo de piso e permitir a liberação de verba pública sem o trânsito em julgado da sentença, encerrou verdadeiro vício procedimental, contrariando dispositivos expressos da Constituição e do Código de Processo Civil, que obsta o pagamento pela Fazenda Pública antes de findo o processo executivo, o que demanda sua imediata cassação. Diante disso, somente com o julgamento do Recurso Extraordinário é que se espera uma decisão justa.

Ainda que assim não o entenda, sobressai a existência de “*error in iudicando*”, na decisão que determina o prosseguimento da verdadeira execução contra a Fazenda Pública na pendência de lide em que se discute o valor supostamente devido, *ex vi* do artigo 730 do CPC c/c artigo 100 da CRFB, violando-se inclusive o direito de ampla defesa e contraditório do devedor, consubstanciado no artigo 5º, incisos XXXV, LIV e LV, da Magna Carta, o que desvela a necessidade de julgamento do Recurso Extremo.

Em resumo, Nobres Ministros, o r. despacho recorrido, ao permitir a sangria dos cofres públicos por meio de um processo judicial sem que tivesse havido uma respectiva sentença transitada em julgado, fere de morte a regra posta no artigo 100 da Constituição da República, pois, solenemente, descumpra a regra do precatório.

Nessa perspectiva, o julgamento do presente recurso extraordinário para reformar o acórdão recorrido no sentido de vedar a liberação de verba pública por meio de liminar é medida que se impõe.



2



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

PROCAD

IV – Sobre o *periculum in mora* e o *fumus boni iuris*. Da liminar

Em relação ao segundo requisito para a concessão da medida cautelar buscada, além da própria medida liminar, o *periculum in mora* e o *fumus boni iuris*, mostram-se patentes neste caso, pois não remanesce dúvida sobre os prejuízos irreparáveis que a Autarquia e via de consequência, a sociedade, experimentará caso seja mantida a decisão prolatada no v. Acórdão combatido.

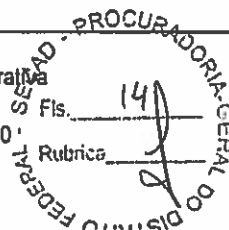
Pois bem, é de fácil percepção que ambos os requisitos em comento encontram-se presentes no caso dos autos. É que a decisão anteriormente recorrida terá o condão de tentar **sangrar os cofres públicos** em quantia superior a **1,3 milhões de reais** e tal decisão, por óbvio, resultará em grave lesão e de difícil reparação ao ora Autor. Presente, pois, o *periculum in mora*.

E, como se viu, é impossível a liberação de verba pública no curso de um processo judicial sem que tenha havido o trânsito em julgado de sentença mérito e sem que tenha ocorrido expedição do respectivo precatório. Isto é, não pode haver liberação de verba pública por meio de uma simples decisão interlocutória fundada em cognição sumária. Também está presente, assim, o *fumus bonis iuris*.

Além disso, a legalidade da decisão hostilizada é, no mínimo, questionável, uma vez que as glosas efetuadas foram feitas de forma legítima em decorrência de um sistema que possui inúmeras irregularidades, além de ter origem em uma estrutura totalmente viciada, a FÁCIL.

Nessa perspectiva, Nobres Ministros, o deferimento da medida liminar é medida que impõe. Por esta razão, **requer o DFTRANS que, em sede de julgamento deste pleito, seja determinada o deferimento da medida liminar tendente a conferir efeito suspensivo a recurso extraordinário, com o seu imediato processamento.**

[Assinatura]





PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

PROCAD

Data venia, não é razoável aguardar-se toda essa peregrinação processual para solucionar questão presente neste momento.

A providência urge neste momento, estando aí representado o dano irreparável, na remota hipótese de não ser deferida a liminar. Diante disso, a medida justa seria a **concessão de liminar, inaudita altera pars**, para o fim de conferir efeito suspensivo ao recurso extraordinário já interposto, determinando-se seu processamento desde já.

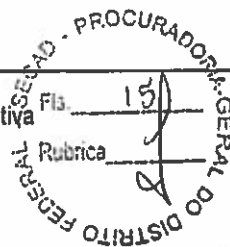
V - Do pedido

Cabalmente demonstrado o cabimento da medida cautelar, bem como o *fumus boni iuris*, representado pela consistência jurídica do recurso extraordinário interposto (cópia anexada), e o *periculum in mora*, em face os irreparáveis danos que o v. Acórdão combatido causará a Autarquia e a própria sociedade, requer-se a **concessão de liminar, inaudita altera pars**, para o fim de **determinar o imediato processamento do recurso extraordinário** já interposto, uma vez que, como se viu, a retenção do recurso poderá causar grave lesão à autarquia ora autora.

Em sede de julgamento definitivo, pugna-se pela procedência do pedido, confirmando-se a liminar que certamente será deferida e sacramentando o processamento imediato do recurso extraordinário interposto.

Requer-se ainda, a citação de **VIPLAN - VIAÇÃO PLANALTO LTDA., CONDOR - TRANSPORTES URBANOS LTDA. E LOTÁXI - TRANSPORTES URBANOS LTDA** para, querendo, contestar esta ação .

Requer provar o alegado exclusivamente por meio dos documentos ora anexados, os quais consubstanciam-se nas principais peças extraídas dos autos do Agravo de Instrumento nº 2012.00.2.027845-4, de onde emanou a decisão ora vergastada.





PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

PROCAD

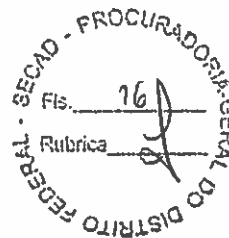
Dá-se à causa, para efeitos fiscais, o valor de R\$ 100,00
(cem reais).

Brasília/DF, 1º de julho de 2013.

EDVALDO COSTA BARRETO JÚNIOR

Procurador do Distrito Federal

OAB/DF 29.190





PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA



0002

Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
SERPET

28/11/2012

17:10:06

EXCELENTÍSSIMO SENHOR
EGRÉGIO TRIBUNAL DE
TERRITÓRIOS.

28610



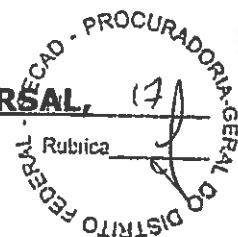
URGENTE

O **DFTRANS**, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo Procurador do Distrito Federal adiante assinado e regularmente constituído por força de lei, no exercício regular das atribuições do cargo, com domicílio na SAIN, Bloco I, Edifício Sede da Procuradoria Geral do Distrito Federal, Brasília/DF, poderes *ex lege*, vem, com o devido respeito e acatamento, nos termos do art. 524 e seguintes do Código de Processo Civil, interpor o presente

Processo aberto em 277 folhas
Brasília/DF, em 28/11/12
Horas: 18:30

AGRAVO DE INSTRUMENTO

COM URGENTE PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA RECURSAL,



por não se conformar, *data máxima vênia*, com o conteúdo da decisão interlocutória proferida nos autos da Ação Cominatória proposta pelas empresas **VIPLAN - VIAÇÃO PLANALTO LTDA., CONDOR - TRANSPORTES URBANOS LTDA. E LOTÁXI - TRANSPORTES URBANOS LTDA.** em desfavor da autarquia ora Agravante perante o Douto Juízo da 3ª Vara da Fazenda Pública, processo nº **2012.01.1.114972-3**, fazendo-o nos termos e limites das razões recursais anexas e requerendo, desde já, o conhecimento e processamento do recurso na forma da lei.

Outrossim, em atendimento ao que preceitua o art. 525 do



PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA



0002

CPC, instrui-se o presente recurso com a cópia autêntica e integral dos autos da ação de conhecimento em que fora proferida a decisão interlocutória ora recorrida (anexo 1).

Assim, na documentação anexa pode ser identificada a cópia das seguintes peças: cópia da petição inicial, cópia das procurações outorgadas pelas autoras, cópia da decisão interlocutória recorrida, cópia da certidão de intimação e cópia de outras peças úteis para o deslinde da controvérsia.

Dentre as peças referidas no dispositivo legal em apreço, deixa de instruir o agravo de instrumento com a procuração outorgada ao advogado do agravante porque o DFTRANS atua em juízo independentemente de outorga particular.

Por fim, declara o agravante, desde já, sob a responsabilidade pessoal do subscritor, que tudo o quanto fora juntado à presente é reprodução autêntica do que dos autos consta.

Para arrematar, pugna pela intimação do agravado para, querendo, oferecer resposta.

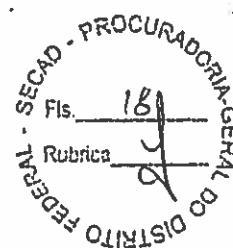
Termos em que espera deferimento.

Brasília/DF, 23 de novembro de 2012.

EDVALDO COSTA BARRETO JÚNIOR

Procurador do Distrito Federal

OAB/DF 29.190





**PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA**



0002

**AGRAVO DE INSTRUMENTO NA AÇÃO COMINATÓRIA N.º
2012.01.1.114972-3**

ORIGEM : 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

AGRAVANTE: DFTRANS

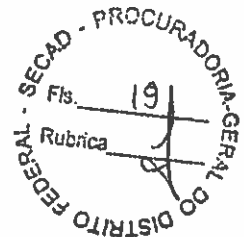
**AGRAVADOS: VIPLAN - VIAÇÃO PLANALTO LTDA., CONDOR -
TRANSPORTES URBANOS LTDA. E LOTÁXI - TRANSPORTES
URBANOS LTDA.**

MINUTA DE AGRAVO:

EGRÉGIO TRIBUNAL,

COLEDA TURMA,

SENHORES DESEMBARGADORES,



1. BREVE HISTÓRICO DA DEMANDA

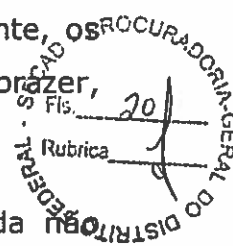
Na origem, as empresas VIPLAN - VIAÇÃO PLANALTO LTDA., CONDOR - TRANSPORTES URBANOS LTDA. E LOTÁXI - TRANSPORTES URBANOS LTDA., ora agravadas, ajuizaram ação cominatória em desfavor do DFTRANS com o objetivo de obter valores dos cofres públicos que perfazem importância superior a **R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)**.

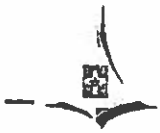
Para embasar o seu pleito, as agravadas valeram-se dos



seguintes argumentos:

- (i) Afirmam que são permissionárias do serviço de transporte de ônibus coletivo;
- (ii) Narram que foi implantado no âmbito do Distrito Federal o sistema de bilhetagem automática (SBA), por meio do qual o pagamento das tarifas pelos usuários era feito por meio de catracas eletrônicas e cartões magnéticos;
- (iii) Contam que a implantação do referido sistema foi custeada pelas empresas permissionárias;
- (iv) Afirmam que o sistema de bilhetagem funciona da seguinte forma: o SBA, que atualmente é gerido pelo DFTRANS, comercializa as passagens por meio de cartões magnéticos e a receita que arrecada deve ficar disponível às empresas transportadoras;
- (v) Continuam, afirmando que os repasses são feitos para as permissionárias na proporção de uso pelos usuários, após a efetiva prestação do serviço;
- (vi) Narram, mas sem qualquer prova, que, atualmente, os repasses são feitos pela agravante ao seu bel-prazer, a qualquer tempo e modo;
- (vii) Aduzem que, em decorrência dos repasses ainda não efetuados, a agravante glosou mais de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) que supostamente seriam devidos às agravadas;
- (viii) Dizem que, por conta de um memorando expedido pelo DFTRANS, este havia reconhecido o débito em favor das agravadas no importe de R\$ 1.311.115,50 (Memo n.º 268/2012);





Em síntese, estes foram os argumentos levantados pelas empresas agravadas para embasar o seu pleito.

Ao final de sua narrativa, pediram a antecipação dos efeitos da tutela no sentido de determinar ao DFTRANS que se abstinhasse de fazer novas retenções dos valores que lhes são supostamente devidos, bem como que fosse procedido ao repasse imediato dos valores já retidos.

Ao analisar o pleito antecipatório, o Juízo recorrido o deferiu nos seguintes termos:

"[...]

Ante o exposto, defiro a antecipação dos efeitos da tutela para determinar que o Réu se abstenha de fazer retenções indevidas no repasse dos valores decorrentes do sistema de bilhetagem automática, bem como para que efetive o repasse, em até 5 (cinco) dias, dos valores incontroversos, reconhecidos no MEMO n.º 268/2012, DFTRANS-SBA-IS107/11."

É justamente por não se conformar com os termos desta decisão que o DFTRANS vem perante este Egrégio Tribunal interpor o presente agravo de instrumento, nos termos em que passa a expor:

2. DAS RAZÕES PARA REFORMA DA DECISÃO ORA RECORRIDA

Como dito, a decisão ora recorrida teve o condão de **determinar o pagamento imediato de valores** que atualmente encontram-se integrados aos cofres públicos, bem como **determinar a abstenção de retenção de valores** que supostamente seriam devidos para as empresas recorridas.

Ocorre que, com o devido respeito, não agiu com o costumeiro acerto o juízo recorrido, consoante será demonstrado.

Antes, porém, de demonstrar as razões pelas quais o presente





agravo merece ser provido, cumpre ao agravante fazer uma rápida introdução sobre o "sistema de bilhetagem automática" no âmbito do Distrito Federal, já que este é tema central em debate.

2.1 Do Sistema de Bilhetagem Automática (SBA) mantido pela FÁCIL. Notas relacionadas desde à sua criação à sua extinção.

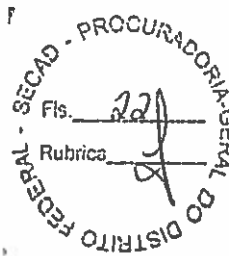
O objetivo da explanação que se segue é a contextualização desses Eminentíssimos Julgadores acerca do **que é e de como funciona o Sistema de Bilhetagem Automática (SBA)** no âmbito do Distrito Federal.

2.1.1 Histórico do SBA.

Em 19/06/1984, por intermédio da Lei Distrital nº 8.043/84 foi criado o Departamento de Transporte Urbano - DTU, que tinha a função de gerir e fiscalizar a prestação do serviço de transporte coletivo no âmbito do Distrito Federal.

Em 05/01/1987, o Decreto nº 10.062/87 instituiu o Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF, aprovando seu regulamento. O art. 5º do decreto especificou que a Secretaria de Serviços Públicos, por meio do então DTU, seria o órgão executivo do transporte urbano.

Em 25/10/1989, a Lei nº 49/89, decretou a transformação da Secretaria de Serviços Públicos em Secretaria de Transportes, competindo-lhe o planejamento, a adjudicação, o controle e a fiscalização dos serviços de transportes.





PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA



0006

Em 28/02/1992, por meio da Lei nº 241/92, o antigo DTU foi transformado em autarquia, com a denominação de Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos – DMTU.

Com a edição do Decreto 23.902, de 11/07/2003, o nome da autarquia foi alterado para Transporte Urbano do Distrito Federal – DFTRANS.

Por sua vez, em 12/09/2007, foi editada a Lei nº 4.011/07, a qual dispunha *"sobre os serviços de transporte público coletivo integrantes do Sistema de Transporte do Distrito Federal"*, bem como definiu que a gestão do STPC/DF (Sistema de Transporte Público Coletivo do DF) seria *"exercida pela entidade autárquica com as atribuições de planejar, gerir, controlar e fiscalizar todas as atividades inerentes à execução dos serviços"*.

Naquele Diploma Normativo, instituiu-se também o **"Sistema de Bilhetagem Automática – SBA no STPC/DF"**, como **"instrumento de cobrança da tarifa e controle da demanda e da oferta"**, cabendo à **entidade gestora**, definida em Lei, a **"competência para gestão do SBA"**, sendo **"facultada a delegação a terceiros"**.

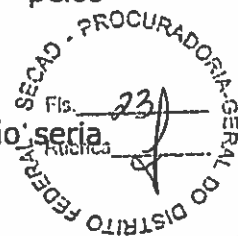
Dessa forma é que a Secretaria de Estado de Transporte, buscando a regulamentação da referida norma, editou, em 23/10/2007, a **Portaria nº 98/07**, que, em síntese estabeleceu:

- a delegatária como uma associação constituída pelos operadores dos STPC/DF, com a finalidade de operar o SBA;

- que o custeio das despesas operacionais da associação seria suportado pela entidade gestora;

- a Secretaria de Estado de Transporte como órgão regulador, e, o DFTRANS, como órgão gestor do sistema;

- que a delegatária se submeteria a auditorias realizadas pela entidade gestora;





PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA



0000

- que a operadora do SBA disponibilizaria ao órgão gestor os relatórios gerenciais de controle de oferta e de demanda.

Para suprir as **funções de delegatária** dos serviços do SBA, foi, então, constituída a **FÁCIL – Brasília Transporte Integrado**, pessoa jurídica de direito privado, **sem fins lucrativos, formada exclusivamente por operadores do STPC/DF**, onde foram considerados cinco grupos empresariais: **Grupo Canhedo** – VIPLAN, CONDOR E LOTAXI; **Grupo Constantino** ou União: PIONEIRA e CIDADE BRASÍLIA, de um lado, e SATÉLITE e PLANETA, de outro; Grupo São José – SÃO JOSÉ; Grupo Riacho Grande – EXPRESSO RIACHO GRANDE e **Grupo Amaral** – VIAÇÃO AMARAL, RÁPIDO BRASÍLIA e VENEZA.

Com fundamento ainda na Portaria nº 98/07, foi firmado entre o DFTRANS e a FÁCIL o **Convênio nº 001/2008**, como instrumento de Cooperação Administrativa, com o objetivo de viabilizar a implementação do SBA e definir as competências e obrigações das partes.

Ocorre que, posteriormente à sua assinatura, a **Procuradoria Geral do Distrito Federal**, analisando questões ligadas ao Sistema de Bilhetagem Automática, concluiu por meio de diversos Pareceres pela **nulidade dos dispositivos da Portaria nº 98/2007 – ST e do Convênio nº 001/2008**. Conforme será visto mais adiante, diversas foram as motivações que levaram esta Procuradoria a opinar pela anulação do citado Convênio e da Portaria.

Em continuidade à sucessão normativa, o **Decreto nº 31.311, de 09/02/2010** (anexo 2), **regulamentou o SBA e revogou expressamente a Portaria nº 98/2007**, definindo o DFTRANS como entidade Gestora do Sistema.

Aquele Decreto facultou também à autarquia ora agravante a delegação dos serviços de bilhetagem a terceiros, mediante licitação, nos termos do inciso V do artigo 4º. Estabeleceu, ainda, à entidade gestora o direito de deter toda a base de dados do SBA, inclusive informações gerenciais de comercialização de cartões e créditos e de controle





operacional da frota, ainda na forma criptografada, quando da geração e transmissão dos dados brutos do SBA.

A Lei Distrital nº 4.494, de 30/07/2010 (anexo 2), ao seu turno, vedou expressamente, no seu artigo 4º, a participação de membros ou empresas permissionárias, concessionárias ou autorizatárias do STPC/DF, na empresa operadora do SBA.

A partir da vedação expressa na Lei Distrital n.º 4.494/10, a FÁCIL teve o seu objeto esvaziado e deixou de existir, retomando, o DFTRANS, a gestão do SBA.

Isto é, com a assunção da gestão do SBA pelo DFTRANS, a associação sem fins lucrativos conhecida como Fácil deixou de existir, passando, aquela autarquia, dentre outras coisas, a administrar de forma exclusiva toda a receita oriunda da bilhetagem automática.

Em uma breve síntese, estes são fatos que demonstram como se deu a criação do Sistema de Bilhetagem Automática e a assunção da sua gestão pelo DFTRANS na atualidade.

Feita tal contextualização e ainda com o intuito de trazer o maior número de informações possível para este Eminentíssimo órgão Julgador, passemos de abordar o funcionamento e a operacionalização do SBA.

2.1.2 Do funcionamento e da operacionalização do SBA.

Para a operação da bilhetagem eletrônica no STPC/DF faz-se necessária a comercialização de cartões do tipo *smartcards*, padrão MIFARE¹. Os tipos de cartões existentes utilizados pelos usuários embarcados no Sistema de Bilhetagem no DF variam de acordo com o tipo de usuário e são os seguintes:

¹ Nomenclatura utilizada para definir a espécie *smartcard* utilizado.





PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA



0011

- **Vale Transporte:** fornecido pelo empregador, nos quais serão carregados os créditos de viagem adquiridos como vale transporte e onde, opcionalmente, também poderão ser carregados créditos comuns de usuário;

- **Idoso:** utilizado pelos usuários maiores de 65 anos, com direito à realização de um número indeterminado de viagens gratuitas, com ou sem integração;

- **Cidadão:** utilizado pelos usuários adquirentes de créditos de viagem no STPC/DF, de acordo com normas específicas da entidade gestora;

- **Estudante:** utilizado pelos estudantes regularmente matriculados em instituições de ensino localizadas no Distrito Federal, nos termos da legislação pertinente;

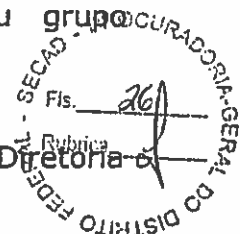
- **PNE:** utilizado pelos portadores de necessidades especiais e que são beneficiários de isenção tarifária, nos termos da legislação pertinente.

O pagamento para empresas, à época da FÁCIL, era feito da seguinte forma:

a) Para efetuar o pagamento às diversas empresas que operam no STPC/DF, a gestora do SBA emite diariamente o quantitativo do carregamento de cada operador. Este quantitativo é extraído conforme coleta de dados dos validadores no dia anterior até às 5h do dia seguinte. Este valor é então copiado para uma planilha manual que consolida o pagamento por operador ou grupo operacional.

b) A planilha consolidada do pagamento é encaminhada para a Diretoria Executiva da FÁCIL para assinatura e conferência.

c) Após a aprovação pela Diretoria Executiva da FÁCIL, a planilha é encaminhada para o DFTRANS para a conferência e a anuência.





- d) Após conferência e anuência do DFTRANS, a planilha é enviada para o BRB para pagamento aos operadores através de transferência entre contas e em alguns casos em cheque administrativo.

Este era o procedimento e operacionalização que ocorria à época em que a gestão do sistema de bilhetagem automática era atribuição exclusiva da FÁCIL, mas, mesmo após a retomada de tal gestão pelo DFTRANS, o procedimento continuou sendo o mesmo.

A única diferença é que, a partir do momento em que o DFTRANS passou a atuar diretamente na gestão do SBA, **constatou-se que existiam inúmeras fraudes na operacionalização, as quais tinham o condão de repassar valores superiores aos devidos às empresas permissionárias do sistema.**

Consoante será demonstrado, **as fraudes ocorriam das diversas formas possíveis: ora as empresas atuavam em itinerário que lhes pertencia, ora registram em seu benefício o uso de um mesmo cartão diversas vezes (chegou a existir cartão de usuário que teve o seu uso registrado mais de sessenta vezes em um único dia) etc.**

Após a constatação das fraudes, o Distrito Federal começou a se mobilizar. Vejamos:



2.1.3 Da atuação da Secretaria de Transparência e Controle do Distrito Federal na fiscalização do SBA.

A Secretaria de Transparência e Controle do Distrito Federal realizou, no segundo semestre de 2010, Auditoria Especial no SBA, objetivando atender determinação do então Governador do Distrito Federal, no sentido de avaliar a operação do Sistema de Bilhetagem Automática do STPC/DF, especialmente com relação aos repasses de recursos destinados a garantir o suporte financeiro à concessão do Passe Livre Estudantil, bem



como avaliar a operação da FÁCIL, inclusive quanto aos aspectos de legalidade, regularidade e efetividade de suas atividades.

Sobre a FÁCIL e o Convênio 001/2008, o Relatório da Auditoria Especial no SBA, apresentado em 31/12/2010, identificou o seguinte (vide Relatório de Inspeção n.º 01/2011 em anexo – anexo 3):

Não figura na lista de empresas fornecedoras homologadas pela ST, "isto porque ela não é de fato nem de direito operadora do SBA, é apenas contratante da TRANSDATA – Indústria e Serviços de Automação LTDA;"

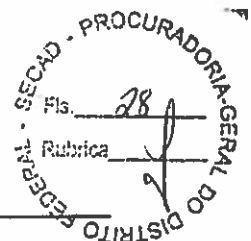
- Registrou seu Estatuto Social, datado de 01/12/2007, no Cartório do 5º Ofício do Registro Civil e sob a inscrição no CNPJ nº 09.335.355/0001-06. Até a emissão do Relatório, não constava o registro na Secretaria de Fazenda do DF nem foi constatado que a autoridade reconheceria a personalidade jurídica barganhada por aquela associação;

- O Extrato do Convênio de Cooperação Administrativa nº001/2008, aponta para fuga ao processo licitatório, visto que as atividades do SBA têm natureza de serviço e são passíveis de licitação;

- Está no pólo oposto ao da Administração Pública, visto que não representa o interesse público e sim o interesse dos empresários do setor;

- Contribui para a estrutura deficitária do transporte público do DF, pois sustenta o contínuo descumprimento das orientações do DFTRANS e o desrespeito ao cidadão/passageiro/usuário;

- Somente com a retirada do controle do sistema das mãos dos operadores é que será possível à implantação de normas e ações que visem o atendimento das necessidades públicas, no que diz respeito à mobilidade no DF, à implantação da CCRC e a reestruturação da entidade gestora atualmente refém da FÁCIL;





- O Convênio não tem características de cooperação – comunhão de interesses – mas sim natureza de contrato, contrapartida financeira do Estado pela prestação de serviços da contratada, inclusive pelo fato de não haver antecipação de recursos, mas sim o ressarcimento de despesas operacionais da FÁCIL através de um instrumento do pretenso Convênio, que não dispõe sobre as etapas e fases da execução, previstas no Decreto nº 32.598 de 15/12/2010;

- Nos termos do Convênio não consta nenhum limite ou referência a valores a serem ressarcidos pelo DFTRANS, bem como não consta a previsão de nenhuma penalidade pelo descumprimento das normas estabelecidas no convênio;

- O Convênio foi assinado com fulcro no artigo 25 da Lei nº 8.666/93 e não cumpre os efeitos análogos aos dos contratos em termos de limitação de valores, penalidades e controle dos gastos pela própria FÁCIL, estendendo-se aos seus fornecedores, visto que se trata de recursos públicos aplicados sem o cumprimento de preceitos constitucionais, como a licitação e o concurso público;

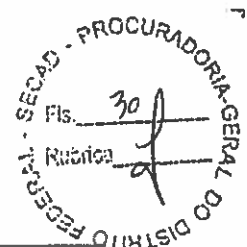
- Não existe base legal no Convênio no que se refere à fixação de valores a serem gastos, uma vez que não foram definidos com exatidão limitados no tempo, conforme os princípios orçamentários da Administração Pública;

- Falta definir com precisão o papel da FÁCIL e SETRANS na operacionalização do Convênio, pois embora seja dirigido por integrantes comuns, cada um tem finalidade específica e, portanto, deve identificar seu patrimônio para fins de controle e fiscalização, com escrituração individualizada, nos termos da legislação em vigor;

- Não foi observado um dos princípios fundamentais da contabilidade, o princípio da entidade, pois não ficou clara a distinção entre o patrimônio existente na FÁCIL e o patrimônio particular dos sócios da associação;



- O sistema FÁCIL do SBA não foi homologado conforme previsto no "Termo de Homologação de Sistema", o que compromete a segurança e a confiabilidade dos dados produzidos, podendo inclusive causar prejuízos ao STPC/DF, aos gestores públicos, gestores privados, aos usuários, aos operadores, ao próprio erário, além de comprometer o equilíbrio econômico financeiro do sistema, comprometer o planejamento, a gestão e a operacionalização do próprio SBA e de todo o STPC/DF, prejudicando inclusive a política de transportes e outras ações do Governo;
- Contratou serviços de empresa de propriedade de seu próprio gestor (Ricardo Gerlier Sampaio Alves ME), inclusive com nota fiscal inválida;
- Foi ressarcida pela aquisição de bens a serem incorporados no ativo permanente da própria associação, sendo que de acordo com seu Estatuto, em caso de dissolução, esses bens seriam repartidos na proporção da participação de cada associado, o que significa claramente que a FÁCIL não tinha sede nem estrutura administrativa, mas que foi integralmente custeada com recursos do DFTRANS, o que contribuiu para o acréscimo patrimonial daquela associação, com recursos públicos e ainda poderá caracterizar transferência ilegal de recursos públicos;
- Recebeu indevidamente recursos públicos, para os pagamentos de locação de equipamentos das operadoras, seja pelo contrato assinado pelas operadoras em janeiro de 2006, tendo como interveniente/anuente o SETRANSP e a TRANSDATA, tendo recebido igualmente os mesmos valores (duplicidade) dos operadores do STPC/DF, para a mesma atividade. A Lei nº 4.011, veda ao Distrito Federal a concessão de subsídios diretos a delegatários privados, como é o caso presente;
- Registrou indevidamente sobre a movimentação a origem dos créditos registrados na faixa contábil Cidadão;



- Registrou o repasse financeiro a menor para a faixa contábil Vale Transporte, o que compromete a confiabilidade da mesma na prestação de contas;
- Não depositou os valores devidos aos operadores da movimentação do Vale Transporte, assim apontando prejuízo aos operadores e ao erário;
- Reteve indevidamente os valores da taxa do DFTRANS;
- Não disponibilizou a base de dados com todas as informações do sistema TDMax (módulo gerencial do SBA) aos Auditores da CGDF e tampouco ao DFTRANS, num claro descumprimento de suas obrigações estabelecidas e desrespeito ao poder público e a legislação vigente;
- **Não disponibilizou relatórios confiáveis, no que se refere às informações de quilometragem, o que pode induzir ao erro, prejudicando os operadores, os usuários de transporte, o DFTRANS, e igualmente lesar o planejamento, a operação e a fiscalização dos serviços de transporte, assim comprometendo sobremaneira as análises de custos, importantes nos estudos de revisão tarifária e outros estudos técnicos;**
- Não repassa ao METRÔ nem ao DFTRANS, os dados originais coletados nos leitores de cartão, enviando apenas relatórios com dados já processados, o que compromete a gestão, a qualidade e a confiabilidade nas informações, bem como deixa ambas as empresas governamentais reféns da situação e sem condições de cumprir as funções próprias de supervisão e de fiscalização;
- Não possui elementos de lógica jurídica, econômica ou financeira para ser a responsável por repassar recursos públicos ao METRÔ, visto ser uma associação privada que presta serviço de operação do SBA apenas para o modo rodoviário;
- Não apresentou o Balanço Inicial, conforme previsto em seu Estatuto, de modo que não se sabe qual foi o patrimônio da entidade





quando da assinatura do Convênio. Ademais, os seus balanços, balancetes e demonstrativos não consideram as fontes públicas de custeio integral, sugerindo que as contribuições dos associados e outras fontes de rendas operacionais são as únicas fontes de Receita Operacional. Dessa forma, gera descompasso nas análises contábeis e com sua própria natureza, sem fins lucrativos, com resultados de superávit ou déficit;

- **Não cumpre as formalidades básicas do dever conveniente na apresentação de prestação de contas à Administração Pública;**

- Não cumpre a IS nº 69, de 26/04/2010, para a devida prestação de contas, comprometendo a gestão, o acompanhamento e fiscalização dos serviços;

- Apresentou falhas no cadastro de estudantes, nos controles dos cartões e no controle dos créditos;

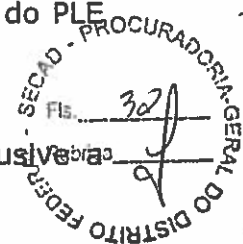
- **Permitiu a utilização dos cartões categoria Estudante fora da rota casa/escola/casa**, domingos e feriados, acima do limite diário de viagens, que caracterizou um favorecimento, no recebimento a maior de recursos públicos;

- Não forneceu informações suficientes para a gestão do PLE;
- Não apresentou uma gestão adequada na questão dos créditos de viagens do PLE, com um descompasso entre os valores recebidos, a efetiva utilização e a nova geração de créditos, com os recursos públicos;

- Apresentou movimentações indevidas na faixa contábil do PLE para a faixa Cidadão, caracterizando prejuízo ao STPC/DF;

- Concedeu o benefício do PLE de forma irregular, inclusive a estudantes que já usufruíam de gratuidade integral e ilimitada, e

- **Habilitou linhas de ônibus no SBA sem autorização da DFTRANS**, o que caracteriza descumprimento de dispositivos legais.



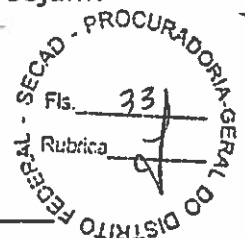


Como se vê, o relatório de auditoria elaborado no âmbito da Secretaria de Transparência e Controle encontrou inúmeras irregularidades, podendo ser destacadas como principais as seguintes:

- (i) Habilitou linhas de ônibus no SBA sem autorização da DFTRANS;
- (ii) Apresentou movimentações indevidas na faixa contábil do PLE para a faixa Cidadão;
- (iii) Permitiu a utilização dos cartões categoria Estudante fora da rota casa/escola/casa, domingos e feriados, acima do limite diário de viagens, que caracterizou um favorecimento, no recebimento a maior de recursos públicos;
- (iv) Não cumpre as formalidades básicas do dever conveniente na apresentação de prestação de contas à Administração Pública;
- (v) Não disponibilizou relatórios confiáveis, no que se refere às informações de quilometragem, o que pode induzir ao erro, prejudicando os operadores, os usuários de transporte, o DFTRANS; dentre outras irregularidades.

Por conta de tão gritantes irregularidades, foi instaurado o **processo administrativo n.º 480.000.765/2012** na própria Secretaria de Transparência e Controle para apurar as responsabilidades dos envolvidos.

Após a instauração do citado processo administrativo, o Tribunal de Contas do Distrito Federal foi instado a se manifestar, tendo, aquele Corte de Contas, instaurado 3 (três) processos, quais sejam: 1.584/2011, 11.760/2010, 17.272/08 e 12.102/2012. 4





2.1.4 Dos processos instaurados no âmbito do Tribunal de Contas do Distrito Federal para julgar o SBA

Como dito, o Tribunal de Contas do Distrito Federal instaurou três processos administrativos voltados apurar as irregularidades ocorridas na operacionalização do SBA pela FÁCIL e pelas permissionárias de serviço de transporte público coletivo.

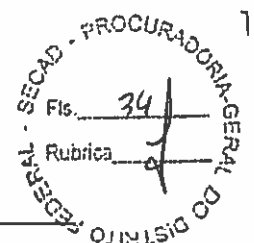
Está-se falando dos processos administrativos que foram tombados sob os seguintes números: 11.760/2010, 1.584/2011 e 12.102/2012.

O processo n.º 11.760/2010 originou-se de representação formulada pela Procuradora Geral do Ministério Público que atua junto à Corte de Contas, Senhora Márcia Farias, e o objetivo era apurar a seguinte sistemática: a FÁCIL, que era presidida pelo Sr. Canhedo, principal representante das empresas agravadas, almejava receber do Distrito Federal os valores relativos aos passes estudantis antes de mesmo de ter havido a efetiva prestação dos serviços, bem como sem qualquer prestação de contas.

O processo 1.584/2011, por sua vez, teve origem no processo de auditoria n.º 480.000.765/2010 instaurado no âmbito da Secretaria de Transparência e Controle. Como visto acima, este processo foi instaurado justamente para apurar as irregularidades existentes no SBA com base nas informações prestadas pela auditoria interna distrital.

Por fim, o processo n.º 12.102/2012 foi instaurado também com o objetivo de apurar irregularidades existe no SBA, mas teve sua origem em relatório de auditoria do próprio tribunal.

Em anexo seguem as principais peças dos processos administrativos instaurados no TCDF e que aqui forma citados (anexo 4).





2.1.5 Das irregularidades encontradas pela Diretoria Administrativa e Financeira do DFTRANS - DAF.

Também a agravante, por meio de sua Diretoria Administrativa e Financeira, encontrou as seguintes irregularidades cometidas pela FÁCIL na gestão e operacionalização do SBA, como seja:

- Não informava ao DFTRANS os valores arrecadados diariamente pela comercialização de créditos de Vale Transporte, Estudante e Cidadão. Alegou, para tanto, que tais recursos não são públicos, mas sim dos operadores do Sistema. Assim, o DFTRANS não dispunhas das informações necessárias para realizar a conciliação das faixas contábeis, tampouco do controle dos valores percebidos pela mesma, podendo, aquela associação realizando-ter realizado repasses a menor para as respectivas faixas;

- Constantemente solicitava ao BRB a movimentação de recursos entre uma faixa e outra, sem a autorização do DFTRANS. A manutenção de tal procedimento pode ter acarretado prejuízos ao STPC/DF;

- Até 25/03/2011, reteve parte da taxa de administração destinada ao DFTRANS, estipulada pela Lei nº 445/1993-DF;

- O resgate de créditos decorrentes dos passageiros transportados no STPC/DF para as empresas Condor Transportes Urbanos Ltda., Expresso Riacho Grande Ltda., Lotaxi Transportes Urbanos Ltda. e Viplan Viação Planalto Ltda. vinha sendo realizado por meio de cheque administrativo, para burlar possíveis efeitos de decisões judiciais contra estas empresas;

- Por ocasião do resgate de créditos, era frequente a ocorrência de uma empresa operadora de transporte urbano receber o repasse referente à outra empresa, geralmente pertencente ao mesmo grupo, procedimento este também realizado para burlar efeitos de decisões judiciais contra as mesmas; 1



- Até o presente momento, mesmo após diversos pedidos desta autarquia, não forneceu funcionários para capacitar servidores da DFTRANS na utilização do sistema TDMax;

- Verificou-se a possibilidade de a FÁCIL ter informado no Relatório de Resgate de Créditos, concernente ao Passe Livre Estudantil, somente 1/3 da receita arrecadada. Dessa forma, a taxa de administração destinada ao DFTRANS estaria sendo calculada também somente sobre 1/3 do valor da passagem;

- Constantemente realizava o bloqueio de pagamento do resgate de créditos a determinados operadores, em especial às cooperativas, sem aviso e anuência do DFTRANS.

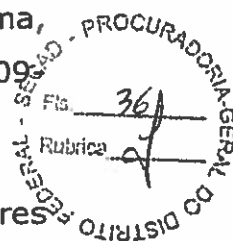
Vejam, Nobres Julgadores, não bastassem os órgãos de controle existentes no Distrito Federal apontarem irregularidades junto ao SBA, também o órgão da própria autarquia ora agravante identificou diversas outras falhas graves.

2.1.6 Dos pareceres da Procuradoria do Distrito Federal acerca do SBA.

Como se vê, inúmeras foram as irregularidades encontradas na gestão do Sistema de Bilhetagem Automática quando a gestão encontrava-se em poder da FÁCIL. Tais irregularidades deram azo à emissão de inúmeros pareceres sobre tema por parte desta Procuradoria. Vejamos:

Dentre os pareceres emitidos por esta Procuradoria sobre o tema, destacam-se três, quais sejam: 405/2009-PROCAD/PGDF, 643/2009-PROCAD/PGDF e 370/2011-PROCAD/PGDF (anexo 5).

Consoante pode ser observado do inteiro teor destes pareceres que se junta ao presente recurso (anexo 5), em todos os casos foram identificadas irregularidades no Sistema de Bilhetagem Eletrônica, irregularidades estas que tinham origem tanto em fraudes, como em vícios





de índole legal.

Em todos os casos, o repasse de verbas para as permissionárias em decorrência do SBA foi colocado sob suspeita, pois, repita-se, havia diversos indícios de irregularidades.

O que se quer demonstrar com isso, Nobres Julgadores, é que diversos são os motivos que obstem o repasse de verbas oriundas do SBA para as delegatárias de serviço de transporte coletivo, incluindo-se aí as agravadas.

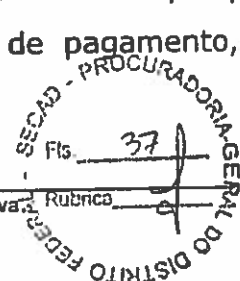
2.2 Da natureza jurídica do pagamento determinado pela decisão recorrida.

É inegável a natureza jurídica de verba pública da importância objeto de liberação pela decisão agravada. Afirma-se isso, pois o dinheiro a ser repassado às permissionárias por meio do SBA é composto de contraprestação do Governo pelas gratuidades e meias-passagens dos usuários, somado aos valores diretamente pagos por eles quando da recarga de seus cartões.

Isto é, parte da verba disponibilizada aos permissionários é composta de receita oriunda dos valores pagos diretamente pelos usuários dos serviços e outra parte é composta por dinheiro público propriamente dito.

Nessa perspectiva, é incontornável a natureza jurídica de verba pública o pagamento determinado pelo Juízo de primeira instância e que aqui está sendo recorrido.

Mesmo que assim não fosse, o artigo 100 da Constituição da República dispõe que "*os pagamentos*" devidos pela Fazenda Pública serão adimplidos exclusivamente por meio de precatórios, não fazendo qualquer distinção quanto à natureza jurídica da verba objeto de pagamento, *in verbis*:





"Art. 100. Os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim."

Relativamente ao dispositivo em comento, o que interessa para cá é que o Constituinte não fez qualquer distinção acerca da natureza jurídica da verba objeto de pagamento. Limitou-se a dispor apenas "pagamentos devidos", ou seja, qualquer que seja a origem da verba, se tiver de ser feito o pagamento pela Fazenda Pública em decorrência de sentença judiciária, ele somente poderá ser levado a cabo após o trânsito em julgado da sentença.

Em outras palavras, ainda que não se considere como dinheiro público a importância cuja liberação foi autorizada pelo Juízo recorrido, o pagamento não poderia e não poderá ser feito por meio de decisão interlocutória.

Vejamos com mais vagar as limitações aos pagamentos devidos pela Fazenda Pública em decorrência de ação judicial:



2.3 Impossibilidade de liberação de verba pública por decisão interlocutória. Necessidade de expedição de precatório.

Os débitos da Fazenda Pública, constituídos por meio de decisão judicial (sentença) somente poderão ser adimplidos após o trânsito em julgado da sentença. Este é o teor do artigo 100 da Constituição da República.

Em outro de dizer, em se tratando de obrigação de pagar contra a Fazenda Pública, não se procederá a medidas de constrição ✓



patrimonial. Aplicam-se as regras do Precatório (ou da Requisição de Pequeno Valor, conforme o caso), a partir da presunção de solvibilidade do Poder Público.

Vejamos o que diz a legislação que trata do tema:

CONSTITUIÇÃO FEDERAL:

Art. 100. Os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.

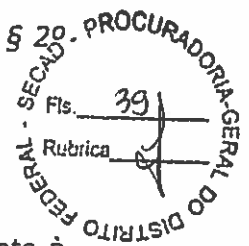
§ 1º Os débitos de natureza alimentícia compreendem aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou por invalidez, fundadas em responsabilidade civil, em virtude de sentença judicial transitada em julgado, e serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, exceto sobre aqueles referidos no § 2º deste artigo.

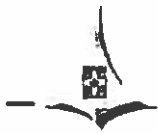
(...)

§ 3º O disposto no caput deste artigo relativamente à expedição de precatórios não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em leis como de pequeno valor que as Fazendas referidas devam fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

(...)

§ 5º É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao





*pagamento de seus débitos, **oriundos de sentenças transitadas em julgado**, constantes de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente.*

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL:

Art. 730. Na execução por quantia certa contra a Fazenda Pública, citar-se-á a devedora para opor embargos em 10 (dez) dias; se esta não os opuser, no prazo legal, observar-se-ão as seguintes regras:

I - o juiz requisitará o pagamento por intermédio do presidente do tribunal competente;

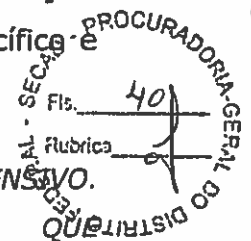
II - far-se-á o pagamento na ordem de apresentação do precatório e à conta do respectivo crédito.

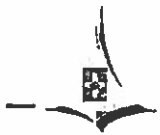
Realmente, em razão da exigência constitucional e legal acima citada, a **expedição das requisições de pagamento (sejam Precatórios, sejam Requisições de Pequeno Valor)** pressupõe o trânsito em julgado não só da decisão proferida na fase de conhecimento, mas também dos próprios Embargos à Execução eventualmente interpostos pela Fazenda Pública, conforme pacífico e remansoso entendimento do C. Superior Tribunal de Justiça:

"EMBARGOS À EXECUÇÃO. EFEITO SUSPENSIVO.

AGRAVO REGIMENTAL CONTRA DECISÃO QUE INDEFERIU A CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO.

(...) 2. A expedição do precatório somente se viabiliza após a definição do quantum debeatur, resultante do exame das questões arguidas nos embargos à execução. Nesses termos, OS VALORES IMPUGNADOS SOMENTE PODERÃO SER PAGOS





**APÓS O TRÂNSITO EM JULGADO DOS EMBARGOS
À EXECUÇÃO, INDEPENDENTEMENTE DA
CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO.** 3. Agravo
regimental desprovido." (grifamos)

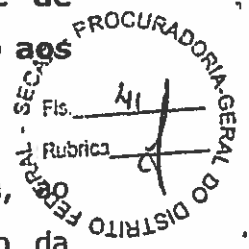
(AgRg nos EmbExeMS 6.864/DF, Rel. Ministra LAURITA
VAZ, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 13/10/2010, DJe
05/11/2010)

Dessa maneira, ainda que os valores fossem incontestados, o que se admite somente para argumentar, não seria possível o pagamento por meio de uma decisão interlocutória. Questão anterior e prejudicial ainda está *sub judice*, sendo constitucionalmente vedado, portanto, o cumprimento da decisão, sendo certo que somente com o trânsito em julgado respectivo poderá eventual pagamento ser feito em favor das agravadas.

De fato, a expedição de Precatório ou de Requisição de Pequeno Valor depende do trânsito em julgado da decisão judicial, entendida esta como a última proferida no processo de execução que diga respeito à quantia devida, ou seja, trânsito em julgado dos Embargos à Execução.

É a própria Lei Maior que veda a expedição de Precatório e de Requisição de Pequeno Valor enquanto o crédito ou o procedimento para quitá-lo estiverem sendo objeto de discussão judicial, revelando à toda prova a absoluta impossibilidade de cumprimento da decisão recorrida, sob pena de direta violação aos artigos 100 da CF/88 e 730 do CPC.

Nesse diapasão, verifica-se que a r. decisão agravada, permitir a liberação de verba pública sem o trânsito em julgado da sentença, encerrou verdadeiro vício procedimental, contrariando dispositivo expresso da Constituição e do Código de Processo Civil, que obsta o pagamento pela Fazenda Pública antes de findo o processo executivo, o que





demanda sua imediata cassação.

Ainda que assim não o entenda, sobressai a existência de "error in iudicando", na decisão que determina o prosseguimento da verdadeira execução contra a Fazenda Pública na pendência de lide em que se discute o valor supostamente devido, *ex vi* do artigo 730 do CPC c/c artigo 100 da CRFB, violando-se inclusive o direito de ampla defesa e contraditório do devedor, consubstanciado no artigo 5º, incisos XXXV, LIV e LV, da Magna Carta, o que desvela a necessidade de reforma da r. decisão agravada.

2.4 Das vedações legais à concessão de tutela antecipada em desfavor da Fazenda Pública.

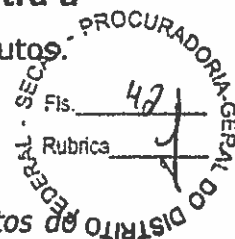
Não bastasse o fato de que tão substanciosos argumentos sejam bastantes em si para conferir legitimidade ao pleito recursal, **existem claras vedações legais para concessão de tutela antecipada contra a Fazenda Pública**, as quais são perfeitamente aplicáveis ao caso dos autos.

Sobre o tema, dispõe a Lei 8.437/92:

Art. 1º Não será cabível medida liminar contra atos do Poder Público, no procedimento cautelar ou em quaisquer outras ações de natureza cautelar ou preventiva, toda vez que providência semelhante não puder ser concedida em ações de mandado de segurança, em virtude de vedação legal.

§ 1º Não será cabível, no juízo de primeiro grau, medida cautelar inominada ou a sua liminar, quando impugnado ato de autoridade sujeita, na via de mandado de segurança, à competência originária de tribunal.

§ 2º O disposto no parágrafo anterior não se aplica aos processos de ação popular e de ação civil pública.





§ 3º Não será cabível medida liminar que esgote, no todo ou em qualquer parte, o objeto da ação.

(...)

§ 5º Não será cabível medida liminar que defira compensação de créditos tributários ou previdenciários.

(...)

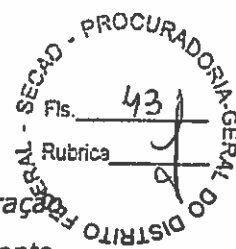
Art. 3º O recurso voluntário ou ex officio, interposto contra sentença em processo cautelar, proferida contra pessoa jurídica de direito público ou seus agentes, que importe em outorga ou adição de vencimentos ou de reclassificação funcional, terá efeito suspensivo.

Por sua vez, reza a Lei 9.494/97:

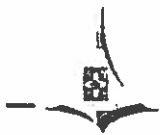
Art. 1º Aplica-se à tutela antecipada prevista nos arts. 273 e 461 do Código de Processo Civil o disposto nos arts. 5º e seu parágrafo único e 7º da Lei nº 4.348, de 26 de junho de 1964, no art. 1º e seu § 4º da Lei nº 5.021, de 9 de junho de 1966, e nos arts. 1º, 3º e 4º da Lei nº 8.437, de 30 de junho de 1992.

(...)

Art. 2º-B. A sentença que tenha por objeto a liberação de recurso, inclusão em folha de pagamento, reclassificação, equiparação, concessão de aumento ou extensão de vantagens a servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive de suas autarquias e fundações, somente poderá ser executada após seu trânsito em julgado.



A Lei 12.016/2009 revogou expressamente as Leis 4.348/64 e 5.021/66 (artigo 29), mas acabou por repetir as restrições nelas



já existentes ao deferimento de medidas liminares contra o Poder Público:

Art. 7º Ao despachar a inicial, o juiz ordenará:

(...)

III - que se suspenda o ato que deu motivo ao pedido, quando houver fundamento relevante e do ato impugnado puder resultar a ineficácia da medida, caso seja finalmente deferida, sendo facultado exigir do impetrante caução, fiança ou depósito, com o objetivo de assegurar o ressarcimento à pessoa jurídica.

(...)

§ 2º Não será concedida medida liminar que tenha por objeto a compensação de créditos tributários, a entrega de mercadorias e bens provenientes do exterior, a reclassificação ou equiparação de servidores públicos e a concessão de aumento ou a extensão de vantagens ou pagamento de qualquer natureza.

(...)

§ 5º As vedações relacionadas com a concessão de liminares previstas neste artigo se estendem à tutela antecipada a que se referem os arts. 273 e 461 da Lei nº 5.869, de 11 janeiro de 1973 - Código de Processo Civil.

(...)

Art. 14. (...)

§ 1º Concedida a segurança, a sentença estará sujeita obrigatoriamente ao duplo grau de jurisdição.

(...)

§ 3º A sentença que conceder o mandado de segurança pode ser executada provisoriamente, salvo





nos casos em que for vedada a concessão da medida liminar.

Vale ressaltar que o Supremo Tribunal Federal, ao deferir liminar na ADC nº 04, não vislumbrou qualquer vício de inconstitucionalidade no artigo 1º da Lei 9.494/97, decisão posteriormente ratificada pelo Plenário em 01/10/2008.

Pois bem.

É evidente que a antecipação dos efeitos da tutela deferida no caso em apreço e aqui recorrida, teve o condão de lançar por terra as vedações estatuídas pelo arcabouço legal supracitado, considerado, inclusive, constitucional pela Corte Excelsa.

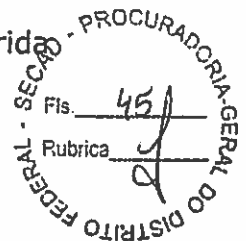
Em outras palavras, o pagamento de verba pública sem o trânsito em julgado da sentença e que ainda está sendo objeto de discussão judicial, tal como determinado pela decisão recorrida, trará dispêndio de recursos financeiros sem previsão orçamentária, o que é vedado pela legislação acima transcrita.

Dessa maneira, forçoso é reconhecer que a decisão recorrida deve ser imediatamente cassada.

Mas não é só!

A tutela antecipada também não poderia ser deferida, pois o **seu conteúdo confunde-se com o próprio mérito da demanda**. Isto é, com a concessão da tutela antecipada, a ação será esvaziada quase que por completo, pois a parte autora já terá conseguido o bem da vida perseguido. E sobre o tema também existe expressa vedação legal.

A concessão de tutela antecipada tal como o foi pela decisão recorrida **é terminantemente vedada pelo que dispõe o §3º do art. 1º da Lei 8.437/92: "Não será cabível medida liminar que esgote, no todo ou em qualquer parte, o objeto da ação"**.





Nessa perspectiva, também são inúmeros os óbices legais para a manutenção da decisão interlocutória aqui recorrida, razão pela qual a sua cassação é medida que se impõe

3. DA ANTECIPAÇÃO DE TUTELA RECURSAL

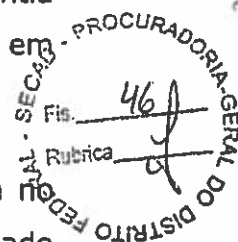
O inciso III do artigo 527 do Código de Processo Civil é claro ao dispor que, ao receber o agravo, o relator poderá *"deferir, em antecipação de tutela, total ou parcialmente, a pretensão recursal, comunicando ao juiz sua decisão"*.

Por sua vez, o artigo 558 do Código de Ritos estabelece que o relator poderá, nos casos de *"levantamento de dinheiro sem caução idônea e em outros casos dos quais possa resultar lesão grave e de difícil reparação"*, suspender o cumprimento da decisão até o pronunciamento definitivo do Tribunal.

Pois bem, é de fácil percepção que ambos os dispositivos em comento possuem perfeita subsunção ao caso dos autos. É que a decisão recorrida teve o condão de tentar **sangrar os cofres públicos** em quantia superior a **1,3 milhões de reais** e tal decisão, por óbvio, resultará em grave lesão e de difícil reparação à agravante.

E, como se viu, é impossível a liberação de verba pública no curso de um processo judicial sem que tenha havido o trânsito em julgado de sentença mérito e sem que tenha ocorrido expedição do respectivo precatório. Isto é, não pode haver liberação de verba pública por meio de uma simples decisão interlocutória fundada em cognição sumária.

Além disso, a legalidade da decisão hostilizada é, no mínimo, questionável, uma vez que as glosas efetuadas foram feitas de forma legítima em decorrência de um sistema que possui inúmeras irregularidades, além de ter origem em uma estrutura totalmente viciada, a FÁCIL.





Nessa perspectiva, Nobre Julgador, o deferimento da antecipação de tutela recursal é medida que impõe. Por esta razão, **requer o DFTRANS que, em sede de julgamento deste pleito, seja determinada a imediata suspensão dos efeitos da decisão ora recorrida.**

4. DO PEDIDO FINAL

Por todo o exposto nas presentes razões recursais, o DFTRANS requer, em primeiro lugar, o acolhimento do pedido de antecipação de tutela recursal no sentido de suspender a eficácia da decisão aqui hostilizada, uma vez que, como se viu, é juridicamente impossível haver a liberação de verba pública por meio decisão interlocutória.

Ao final, após a confirmação da antecipação da tutela recursal, seja dado provimento ao presente recurso para cassar a decisão interlocutória recorrida, uma vez que o juízo *a quo*, *data vênia*, incorreu em manifesto *error in procedendo*.

Termos em que espera deferimento.

Brasília/DF, 23 de novembro de 2012.

EDVALDO COSTA BARRETO JÚNIOR

Procurador do Distrito Federal

OAB/DF 29.190

ANTONIO AUGUSTO DE ALMEIDA
Procurador Coordenador da PROCAD





Lista de anexos:

Anexo 1 – Cópia integral do processo

Anexo 2 – Legislação distrital sobre o tema

Anexo 3 – Relatório de Inspeção n.º 01/2011

Anexo 4- Principais peças dos processos existentes no TCDF sobre o tema

Anexo 5 – Pareceres da PGDF sobre o tema



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIR
DISTRITO FEDERAL.

COMPROVANTE DE PROTOCOLO
1 - BRASILIA

Protocolo 2012 01 1 114972-3 26/07/2012 15 17 43

Nome ação 1207 - COMINATORIA

Adv Autor DF009466 - MARCUS VINICIUS DE ALMEIDA RAMOS

Requerente VIPLAN VIACAO PLANALTO LTDA e outros

Requerido DFTRANS TRANSPORTE URBANO DO DF

Distribuição 2012 01 1 114972-3(aleatoria) 26/07/2012 15 23 38

Distribuição CNJ 0006062-16 2012 8 07.0018 Data prot 26/07/2012

Vara 113 - 3 VARA DA FAZENDA PUBLICA DO DF

Classe 7 - Procedimento Ordinário

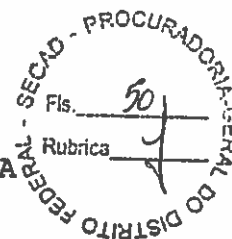
Requerente VIPLAN VIACAO PLANALTO LTDA e outros

Requerido DFTRANS TRANSPORTE URBANO DO DF

1 - Brasília Supervisor(a) Marlene Ataides

VIPLAN - VIAÇÃO PLANALTO LTDA., CONDOR - TRANSPORTES
URBANOS LTDA. e LOTÁXI - TRANSPORTES URBANOS LTDA., pessoas
jurídicas de direito privado inscritas no CNPJ sob os n^{os}
00.091.702/0001-28, 00.647.289/0001-35 e 00.601.674/0001-41,
estabelecidas no SGCV/Sul conjuntos 7/8, Brasília-DF, por seus
procuradores (docs. 01 e 02), vêm propor

AÇÃO COMINATÓRIA
COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA



contra o DFTRANS - TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL,
autarquia, que tem sede no SAIN, Estação Rodoferroviária, Ala
Sul, Sobreloja, Brasília-DF, que pode ser citada na pessoa de seu
Diretor-Geral, pelas razões que passam a expor:

As Autoras são permissionárias do serviço público de
transporte coletivo, cuja remuneração é paga por meio da tarifa
suportada pelo usuário.

Anos atrás foi implantado o Sistema de Bilhetagem
Automática - SBA, que trouxe modernização ao sistema de

transporte público de passageiros com a utilização de catracas eletrônicas e cartões magnéticos para pagamento da tarifa.

É importante ressaltar que todo o investimento para a implantação do sistema foi suportado pelas empresas permissionárias.

O sistema funciona assim: o SBA comercializa as passagens por meio de cartões magnéticos e a receita que arrecada deve ficar disponível para ressarcimento às empresas transportadoras.

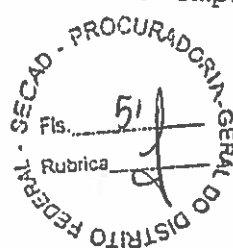
Os passageiros transportados pelas Empresas são registrados no sistema por meio eletrônico e em razão da quantidade que cada uma transporta, o SBA faz o repasse do valor que é devido a título de tarifa.

Em outras palavras, o passageiro paga antecipadamente a passagem que fica em poder do Réu para repassar posteriormente o valor à empresa credora após o transporte do passageiro.

O SBA era gerido pela próprias permissionárias, já que envolve o pagamento pelos serviços prestados, como, inclusive, foi previsto no artigo 5º da Lei Federal nº 7418, que criou o vale-transporte:

"Art. 5º - A empresa operadora do sistema de transporte coletivo público fica obrigada a emitir e a comercializar o Vale-Transporte, ao preço da tarifa vigente, colocando-o à disposição dos empregadores em geral e assumindo os custos dessa obrigação, sem repassá-los para a tarifa dos serviços." (Artigo renumerado pela Lei 7.619, de 30.9.1987)

Ocorre que no mês de março de 2011 o GDF transferiu a gestão do SBA para o Réu, o qual, então, ficou encarregado de operá-lo, ou seja, estatizou a receita das empresas.



E para piorar a situação, o Réu agora efetua repasses ao seu alvedrio, a qualquer tempoe nos valores que deseja.

As empresas é que transportam os passageiros, mas o Réu é que recebe a receita e devia repassar os valores devidos imediatamente. Porém, não é o que acontece.

De fato, não é possível ficar sem receber pelos serviços já prestados, cujo custo já foi até mesmo desembolsado.

As Autoras vêm buscando junto ao Réu a solução da questão. Porém, nem mesmo resposta têm obtido.

Os créditos das Autoras perante o Réu já ultrapassam o elevado montante de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) e, por isso, já há a dúvida sobre a gestão dos recursos e o não repasse.

Em março passado foi reconhecido o crédito das Autoras e expedido o Memo nº 268/2012 pela Coordenadoria Geral da Comissão de Gestão do SBA orientando o Réu a efetuar os repasses glosados no valor de R\$ 1.311.115,50 (um milhão, trezentos e onze mil, cento e quinze reais e cinquenta centavos).

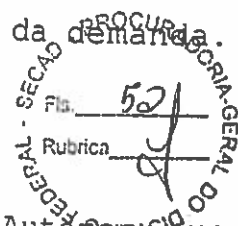
Porém, até a data atual as Autoras continuam sem receber o que lhes é devido.

De fato, não é possível mais aguardar providências do Réu porque permanece inerte retendo indevidamente receita das Autoras e das demais permissionárias.

Esse é o justo motivo para o ajuizamento da demanda.

I - DO DIREITO.

Os passageiros são transportados pelas Autoras, que devem receber o valor respectivo referente à tarifa dos serviços já prestados.



Por força do disposto no art. 13, § 1º, da Lei Distrital nº 239/92 o produto da comercialização de passagens é fonte de receita.

E, por outro lado, constitui despesa, intitulada na Lei Distrital 239/92 o **ressarcimento dos valores correspondentes ao resgate dessas passagens pelas empresas operadoras.**

Ocorre, todavia, que o Réu não tem feito o repasse, mantendo as operadoras sem recebimento de seus créditos por longos períodos.

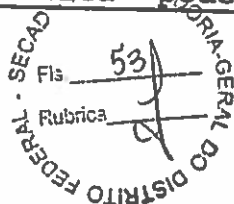
Além da flagrante ilegalidade, padece o ato acoimado também de arbitrariedade, além de constituir verdadeira **APROPRIAÇÃO INDÉBITA**, haja vista que o valor arrecadado com a venda de passagens é destinado ao ressarcimento das operadoras!

E persiste a gravidade da situação com inobservância deliberada do Réu do comando inserido no artigo 5º, inciso LIV, da Carta Política de 1988, posto que, utilizando a condição de gestor, promove retenção indevida de receita das empresas, privando-as do bem mais necessário: a remuneração.

Esse fato é de extrema gravidade porque coloca as permissionárias "nas mãos" dos administradores para sujeitarem-se ao seu arbítrio.

Sobre o tema assim leciona José Afonso da Silva, Curso de Direito Constitucional Positivo, 8a. edição, 1991, pág. 373, *sic*:

"Na Administração Pública", prossegue, "não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza. A lei para o particular, significa "poder fazer assim", para o



000002

administrador significa "dever fazer assim".
(Grifos nossos).

Destaque-se que os valores destinados ao ressarcimento das empresas são arrecadados em quase sua totalidade nos primeiros dias de cada mês com a comercialização de vales-transporte, etc..

O usuário adquire as passagens para o mês inteiro, **PAGANDO À VISTA**, e o utiliza paulatinamente no decorrer do período. Portanto, o procedimento é de mero ressarcimento porque o dinheiro já está em poder do Réu.

E o não recebimento dos valores que lhes são devidos certamente causará colapso financeiro nas permissionárias, inclusive para pagamento do salário dos empregados, combustível, tributos, etc., pela simples razão de que não terão dinheiro suficiente para cobrir as despesas.

E nem se alegue que a medida possa ser adotada como sanção, haja vista que não há qualquer previsão legal de pena de retenção de receita nas normas que regulamentam o serviço de transporte.

Aliás, se assim o fosse, estaria declarada a apropriação indébita!

O Código Disciplinar do sistema de transporte prevê penalidades para infrações na exploração da permissão de advertência, multa, etc., mas não há autorização para retenção de receita.

Por isso, independentemente dos argumentos que possa apresentar o Réu para o inadimplemento, o ato é ilegal e inconstitucional.

II - DOS REQUISITOS PARA A CONCESSÃO
DA TUTELA ESPECÍFICA.



Para a concessão da tutela específica prevista no artigo 461, parágrafo 3º, do CPC é exigida a relevância dos fundamentos e o justo receio de ineficácia do provimento final.

O fundamento da demanda é relevante porque a retenção, além de ilegal, é absurda após prestados os serviços, tratando-se mesmo de claro enriquecimento ilícito.

Já o justo receio de ineficácia do provimento final reside no fato de que a não concessão da tutela permitirá que o Réu continue sem repassar o valor devido as Autoras pelos serviços já prestados.

Na prática ocorrerá que as Autoras continuarão a transportar passageiros sem receber a devida e justa remuneração.

Pagam despesas de elevado montante inerentes ao custo do serviço sem receber o valor que lhes é devido, ou seja, o Estado está obrigando as Autoras a prestarem serviços "gratuitos", o que é inadmissível!

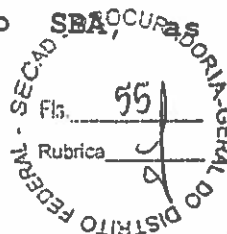
As despesas são muitas, porém a receita que permite o seu pagamento não é recebida pelas Autoras.

Assim, estarão sendo compelidas a suportarem grande ônus pela falta de percepção de crédito que é líquido e certo.

Registre-se que a extemporaneidade do pagamento, por si só, já acarreta prejuízos de grande monta às Autoras.

A concessão da tutela justifica-se também pela iminência de dano irreparável, principalmente pelas obrigações de pagamento de salários, tributos, fornecedores, combustíveis, etc., que são elevadas e serão inadimplidas em razão das retenções abusivas perpetradas pelo Réu.

Como se vê no Memo nº 268/2012, da Coordenadoria Geral da Comissão de Gestão do SBA, as Autoras já tinham



reconhecido crédito de R\$ 1.311.115,50 (um milhão, trezentos e onze mil, cento e quinze reais e cinquenta centavos).

Em verdade ultrapassam os R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), conforme comprovam os documentos anexos.

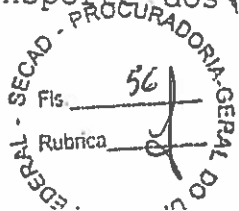
Por outro lado, nenhum prejuízo sofre o Réu, até porque está retendo indevidamente recursos que não lhes pertence. Ademais, continua gerindo a receita das Autoras o que, em caso de vitória no feito, o permitirá retirar delas os valores não retidos diretamente da conta.

Presentes, pois, os requisitos que autorizam a concessão da tutela específica.

III - DO PEDIDO.

Por todo o exposto, requerem:

- a) O deferimento liminarmente da tutela ou da antecipação de tutela para determinar ao Réu que se abstenha de efetuar quaisquer retenções nas receitas devidas às Autoras pelo transporte de passageiros e efetue o repasse dos valores mantidos em seu poder já retidos, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de multa diária de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) ou, alternativamente;
- b) seja deferida parcialmente a tutela para determinar ao Réu que se abstenha de fazer novas retenções e repasse no prazo de 24 (vinte e quatro) horas o valor já reconhecido pelo SBA no Memo nº 268/2012.
- b) A citação do Réu para, querendo, contestar a presente, sob pena de revelia;
- c) seja julgado procedente o pedido para condenar o Réu a abster-se de fazer qualquer retenção nos repasses devidos às Autoras em razão do transporte dos passageiros, excluídos os

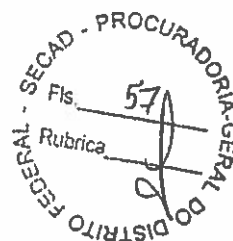


descontos compulsórios previstos em lei para a operação, no prazo legal.

Atribui-se à causa o valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Brasília, 26 de julho de 2012,

MARCUS VINICIUS DE ALMEIDA RAMOS
OAB - DF Nº 9.466





Processo : 2012.01.1.114972-3
Ação : COMINATORIA
Requerente : VIPLAN VIACAO PLANALTO LTDA e outros
Requerido : DFTRANS TRANSPORTE URBANO DO DF

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Não diviso, de pronto, a prova inequívoca para a concessão da pretendida tutela antecipada, a teor do que preceitua o art. 273, CPC. A antecipação de tutela pode tanto ser promovida liminarmente quanto a posteriori. Por prudência, entendo de bom alvitre somente me pronunciar acerca dessa pretendida antecipação após a resposta do réu.

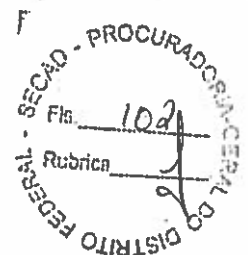
Cite-se e int.

Brasília - DF, quinta-feira, 26 de julho de 2012 às 18h36.

Marco Antonio da Silva Lemos
Juiz de Direito

Registrado

Último andamento: 26/07/2012 - DECISÃO PROFERIDA - 308205
Incluído na Pauta: 27/07/2012 1/1



MARCUS VINÍCIUS DE ALMEIDA RAMOS
ADVOGADO

00805

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO
DISTRITO FEDERAL.

10/11/2012
108427

VIPLAN - VIAÇÃO PLANALTO LTDA. E OUTROS, nos autos
da AÇÃO COMINATÓRIA nº 2012.01.1.114972-3, que move contra o
DETRANS, com fundamento no artigo 535, inciso II, do CPC, vêm
opor

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

contra a douta decisão de fls. 54, com fulcro nas razões
seguintes:

SECAD - PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
Fls. 105
Rubrica

A decisão deixou para analisar o pedido de
antecipação de tutela a *posteriori* sob o fundamento de que não há
prova inequívoca do direito alegado.

As Embargantes pedem as mais respeitosas vênias para
insistirem no deferimento da medida em razão da gravidade da
atitude do Réu.

Ora, não repassar a receita que é devida a empresa
transportadora causa prejuízos irreparáveis com o não recebimento
de valores que lhes são de direito.

Ademais, não há qualquer justificativa que capaz de convalidar ou amparar a medida adotada pelo Réu, não há nenhuma hipótese legal que autorize a retenção de receita.

Daí já é flagrante o direito vindicado.

Quanto à prova inequívoca, tem-se no caso o reconhecimento do crédito e da necessidade de seu pagamento imediato pela COMISSÃO EXECUTIVA DE GESTÃO DO SISTEMA DE BILHETAGEM AUTOMÁTICA, Órgão vinculado ao Réu, que reconheceu (fls. 29):

"Posto isto, e observando que inexistente Notificação ao operador do Grupo Canhedo quanto as glosas efetuadas no lapso compreendido entre 06/08/2011 e 09/03/2012, somos pelo deferimento dos valores glosados se razões outras não configurarem impedimentos,.....".

Portanto, a prova inequívoca do crédito é o próprio reconhecimento dele pelo operador do Sistema de Bilhetagem, que é administrador do Réu.

Havendo a prova acima mencionada, as Embargantes pedem a apreciação dos pedidos à luz do documento juntado, destacando, existir nesse ponto omissão, o que afirmam com as mais respeitadas vênias.

E que deve ser pago às Autoras é questão superada, haja vista que não é dado a ninguém reter renda alheia sem autorização legal ou judicial.

Por isso, vem pedir a Vossa Excelência que, exercendo a decantada clarividência que sempre emana de suas decisões, conceda o pedido de antecipação de tutela, ainda que

MARCUS VINÍCIUS DE ALMEIDA RAMOS
ADVOGADO

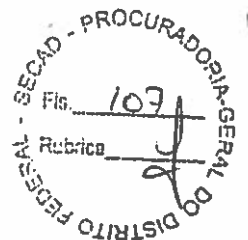
00922

parcialmente em relação aos créditos reconhecidos no documento de fls. 29.

Ante o exposto, requer sejam conhecidos e providos os presentes para sanar a omissão apontada para deferir o pedido de antecipação de tutela.

Brasília, 10 de agosto de 2012,

Marcus Vinícius de Almeida Ramos
OAB/DF nº 9.466





Processo : 2012.01.1.114972-3
Ação : COMINATORIA
Requerente : VIPLAN VIACAO PLANALTO LTDA e outros
Requerido : DFTRANS TRANSPORTE URBANO DO DF

DECISÃO

Vistos etc.

Rejeito os embargos declaratórios, pois aviados à míngua de omissões, obscuridades ou contradições a sanar.

Aguarde-se a resposta do réu. Após, conclusos imediatamente para apreciação da tutela de urgência.

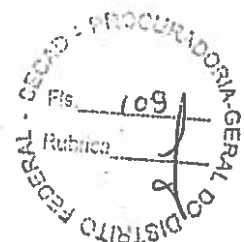
I.

Brasília - DF, sexta-feira, 10 de agosto de 2012 às 18h13.

Marco Antonio da Silva Lemos
Juiz de Direito

Registrado

Último andamento: 10/08/2012 - DECISAO PROFERIDA - 308205
Incluído na Pauta: 13/08/2012 1/1



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO DISTRITO FEDERAL
7 NOV 15 169593
3ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA DO DF

VIPLAN - VIAÇÃO PLANALTO LTDA. E OUTROS, nos autos da AÇÃO COMINATÓRIA nº 2012.01.1.114972-3, que move contra o DETRANS, vêm expor e requerer o que se segue:

A decisão que recebeu a petição inicial deixou para analisar o pedido de antecipação de tutela após a defesa do Réu.

O longo prazo de defesa do Réu já se esgotou e, por isso, pedem a Vossa Excelência que defira o pedido de antecipação de tutela.

As Autoras estão há meses sem receber receitas que lhes são devidas por retaliação oposta pelo Réu. O ato é grave e inadmissível, podendo até constituir ilícito penal - apropriação indébita.

Douto Julgador. Avizinha-se, ainda, o vencimento de pagamentos extras para as pessoas jurídicas, como décimo-terceiro salário e contribuições sobre ele incidentes.



A receita retida indevidamente pelo Réu é de valor significativo e fará falta no caixa para a adimplência das despesas de fim de ano. Agravará a já combalida situação financeira que vivem todas as permissionárias do serviço público de transporte, inclusive as Autoras, pela imensa defasagem tarifária.

Ademais, não há qualquer justificativa capaz de convalidar ou amparar a medida adotada pelo Réu, não há nenhuma hipótese legal que autorize a retenção de receita.

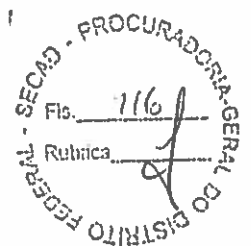
Observe-se que o crédito perseguido foi reconhecido pela COMISSÃO EXECUTIVA DE GESTÃO DO SISTEMA DE BILHETAGEM AUTOMÁTICA, Órgão vinculado ao Réu(doc. de fls. 29):

"Posto isto, e observando que inexistente Notificação ao operador do Grupo Canhedo quanto as glosas efetuadas no lapso compreendido entre 06/08/2011 e 09/03/2012, somos pelo deferimento dos valores glosados se razões outras não configurarem impedimentos,.....".

Ante o exposto, requerem a concessão do pedido de antecipação de tutela, ainda que parcialmente em relação aos créditos já reconhecidos no documento de fls. 29.

Brasília, 7 de novembro de 2012,

Marcus Vinícius de Almeida Ramos
OAB/DF nº 9.466





Processo : 2012.01.1.114972-3
Ação : COMINATORIA
Requerente : VIPLAN VIACAO PLANALTO LTDA e outros
Requerido : DFTRANS TRANSPORTE URBANO DO DF

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Cuida-se de COMINATORIA, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela, proposta por VIPLAN VIACAO PLANALTO LTDA, CONDOR TRANSPORTES URBANOS LTDA e LOTAXI TRANSPORTES URBANOS LTDA em desfavor do DFTRANS TRANSPORTE URBANO DO DF, objetivando, em sede de tutela de urgência, que o réu se abstenha de efetuar quaisquer retenções nas receitas devidas pelo transporte de passageiros, além de efetuar o repasse dos valores mantidos em seu poder. Alternativamente, requer o repasse imediato do valor já reconhecido.

Diferi a apreciação dos efeitos da tutela para momento posterior à resposta do Réu; transcorrido o prazo, contudo, o requerido se manteve inerte.

Relatei. Decido.

O art. 273, § 6.º, do CPC prevê que a tutela antecipada poderá ser concedida quando um ou mais dos pedidos cumulados, ou parcela deles, mostrar-se incontroverso. A meu sentir, o documento de fl. 29 revela que, de fato, houve a retenção indevida dos valores. A ausência de resposta do réu apenas corrobora tal conclusão.

Ante o exposto, defiro a antecipação dos efeitos da tutela para determinar que o Réu se abstenha de fazer retenções indevidas no repasse dos valores decorrentes do sistema de bilhetagem automática, bem como para que efetive o repasse, em até 5 (cinco) dias, dos valores incontroversos, reconhecidos no MEMO n.º 268/2012, DFTRANS-SBA-IS107/11.

Especifiquem as partes, em 10 (dez) dias, se desejam produzir novas provas.

I.

Brasília - DF, quinta-feira, 08 de novembro de 2012 às 15h06.

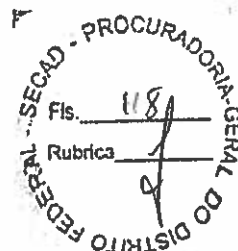
Marco Antonio da Silva Lemos
Juiz de Direito

Registrado

Último andamento: 08/11/2012 - DECISAO PROFERIDA - 308205

Incluído na Pauta: 08/11/2012

1/1



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR RELATOR DA 2ª TURMA CÍVEL DO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
2ª TURMA CÍVEL

18/12/2012

16:35:18

17892



TJDF - Circunscrição Judiciária de BRASÍLIA

Comprovante de recebimento de Petição

Número do Protocolo: 2012.01.008062748

Data e Hora: 17/12/2012 15:53

Tipo de Peticionante: Réu

Recebido em: Serviço de Protocolo Integrado - SERPR

Número Processo: 20120020278454AGI (Res. 85 - CNJ: 0028918-28.2012.8.07.0000)

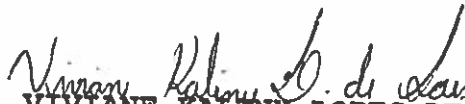


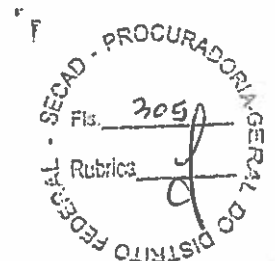
VIPLAN VIAÇÃO PLANALTO LTDA E OUTRAS, nos autos do
AGRAVO DE INSTRUMENTO N° 2012.00.2.027845-4, interposto pelo
DFTRANS - TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL, vem ofertar

CONTRARRAZÕES

com fulcro nas razões anexas, cuja juntada requer para
apreciação pelo egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal
e Territórios, depois de observados os procedimentos de praxe.

Brasília, 17 de dezembro de 2012,


VIVIANE KALINY LOPES DE SOUZA
OAB/DF n° 26.717



Agravante: DFTRANS - TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL.

Agravadas: VIPLAN VIAÇÃO PLANALTO LTDA e Outras.



RAZÕES DAS AGRAVADAS.

Nobres Julgadores,

As Agravadas são permissionárias do serviço público de transporte coletivo, cuja remuneração é paga por meio da tarifa suportada pelo usuário.

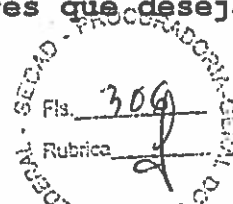
Anos atrás foi implantado o Sistema de Bilhetagem Automática - SBA, que trouxe modernização ao sistema de transporte público de passageiros com a utilização de catracas eletrônicas e cartões magnéticos para pagamento da tarifa.

O sistema funciona assim: o SBA comercializa as passagens por meio de cartões magnéticos e a receita que arrecada deve ficar disponível para ressarcir as empresas transportadoras.

Os passageiros transportados pelas Empresas são registrados no sistema por meio eletrônico e em razão da quantidade que cada uma transporta, o SBA faz o repasse do valor que é devido a título de tarifa.

Em outras palavras, o passageiro paga antecipadamente a passagem que fica em poder do Agravante para repassar posteriormente o valor à empresa credora após o transporte do passageiro.

Ocorre, todavia, que o Agravante efetua repasses ao seu alvedrio, a qualquer tempo e nos valores que deseja.



As empresas é que transportam os passageiros, mas o Agravante é que recebe a receita e devia repassar os valores devidos imediatamente. Porém, não é o que acontece.

Dessa forma, não sendo possível ficarem sem receber pelos serviços já prestados, cujo custo já foi até mesmo desembolsado, as Agravantes se viram obrigadas a ajuizarem ação cominatória com pedido de antecipação de tutela.

O Juízo a quo, antes de analisar o pedido de antecipação de tutela, determinou a citação do Agravante.

E, em que pese a citação ter sido devidamente cumprida (fls. 97/99), o Agravante NÃO ofertou defesa.

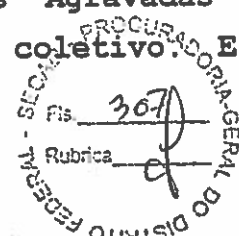
Assim, o Juízo a quo deferiu a antecipação de tutela requerida para "determinar que o Réu se abstenha de fazer retenções indevidas no repasse dos valores decorrentes do sistema de bilhetagem automática, bem como para que efetive o repasse, em até 5 (cinco) dias, dos valores incontroversos, reconhecidos no MEMO n.º 268/2012, DFTRANS-SBA-IS107/11".

Inconformado com a decisão acima, o Agravante interpôs agravo de instrumento. Contudo, não merece ser provido o recurso. Vejamos.

I - DA ILEGALIDADE DA RETENÇÃO DAS TARIFAS.

O Agravante alega em suas razões recursais que as tarifas do serviço de transporte público não estão sendo repassadas às Agravadas porque "constatou-se que existiam inúmeras fraudes na operacionalização, as quais tinham o condão de repassar valores superiores aos devidos às empresas permissionárias do sistema".

Destaca-se, inicialmente, que o Agravante não nega que esteja retendo a remuneração devida às Agravadas pela prestação do serviço de transporte público coletivo. E nem justifica a retenção.



E não há justificativa para a sua atitude, ~~tanto~~ que o Agravante NÃO CONTESTOU a ação ajuizada pelas Agravadas.

As alegações recursais de que a empresa FÁCIL deixou de operar o SBA, que foram instaurados procedimentos administrativos para avaliação da gerência do sistema por aquela empresa, que o DFTRANS passou a gerir o SBA não justificam a retenção.

A uma, porque tais fatos não são objetos da ação ajuizada pelas Agravadas.

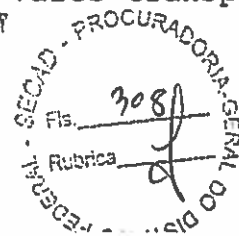
A duas, porque todos os procedimentos administrativos instaurados, seja pelo TCDF seja pela Administração Pública, dizem respeito à operacionalização do SBA pela empresa FÁCIL.

A três, porque as glosas (48/60) feitas pelo Agravante nos pagamentos devidos às Agravadas começaram no período em que a autarquia já estava gerindo o SBA e, assim, o repasse era de sua total responsabilidade.

Na verdade o que pretende o Agravante é desviar a atenção da prática de um ilícito penal, já que ao ser retido o dinheiro devido às Agravantes o crime de apropriação indébita está sendo praticado. Devendo, inclusive, ser oficiado ao Ministério Público para que apure o ato do Diretor Geral do Agravante, Marco Antônio Campanella.

E, mais, o Agravante quer esconder o seu objetivo de levar as Agravadas à falência e, assim, precipitar sua saída do sistema de transporte público.

Os valores destinados ao ressarcimento das empresas são arrecadados em quase sua totalidade nos primeiros dias de cada mês com a comercialização de, vales-transporte, etc..



O usuário adquire as passagens para o mês inteiro, **PAGANDO À VISTA**, e o utiliza paulatinamente no decorrer do período. Portanto, o procedimento é de mero ressarcimento porque o dinheiro já está em poder do Réu.

E o não recebimento dos valores que lhes são devidos certamente causará colapso financeiro nas Agravadas, inclusive para pagamento do salário dos empregados, combustível, tributos, etc., pela simples razão de que não terão dinheiro suficiente para cobrir as despesas.

E nem se alegue que a medida possa ser adotada como sanção, haja vista que não há qualquer previsão legal de pena de retenção de receita nas normas que regulamentam o serviço de transporte.

O Código Disciplinar do sistema de transporte prevê penalidades para infrações na exploração da permissão de advertência, multa, etc., mas não há autorização para retenção de receita.

Sobre o tema assim leciona José Afonso da Silva, Curso de Direito Constitucional Positivo, 8a. edição, 1991, pág. 373, *sic*:

“Na Administração Pública”, prossegue, “não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza. A lei para o particular, significa “poder fazer assim”, para o administrador significa “dever fazer assim””. (Grifos nossos).

Por isso, o Agravante tem conhecimento de que a retenção da tarifa, além de ser indevida, é ilegal e inconstitucional.





Ademais, a Lei nº 8.987/95 estabelece que a exploração do serviço público pelo concessionário se dá mediante a cobrança de tarifas junto aos usuários, e é daí que extrai a remuneração que lhe corresponde.

Art. 9º A tarifa do serviço público concedido será fixada pelo preço da proposta vencedora da licitação e preservada pelas regras de revisão previstas nesta Lei, no edital e no contrato.

E a Lei Distrital nº 4.0411/2007 é no mesmo sentido, vejamos:

Art. 20. Os delegatários dos serviços de transporte público coletivo serão remunerados pelas seguintes receitas:

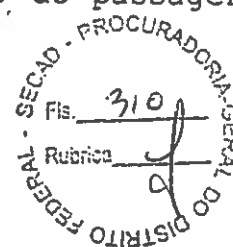
I - receitas operacionais, advindas do recebimento em espécie e do resgate de créditos de viagem registrados;

II - receitas não-operacionais, advindas da exploração de publicidade nos veículos e de outras que lhes forem destinadas, ouvido o CTPC/DF.

Parágrafo único. A receita em espécie será recebida por cobrador, vedado o exercício dessa função pelo condutor.

Dessa forma, se o serviço de transporte público no DF é descentralizado, é evidente que a tarifa paga pelos usuários pela utilização do serviço pertence aos permissionários do serviço, no caso as Agravadas. Assim, ao contrário do que afirmado pelo Agravante, o dinheiro não é público e nem pertence aos cofres públicos.

Por força do disposto no art. 13, § 1º, da Lei Distrital nº 239/92 o produto da comercialização de passagens é fonte de receita.



AA



E, por outro lado, constitui despesa, intitulada na Lei Distrital 239/92 o ressarcimento dos valores correspondentes ao resgate dessas passagens pelas empresas operadoras.

É de conhecimento notório que o contrato administrativo, por parte da Administração, destina-se ao atendimento das necessidades públicas, mas, por parte do contratado, objetiva um lucro, através da remuneração consubstanciada nas cláusulas econômicas e financeiras.

Portanto, o Agravante ao reter a remuneração das Agravadas, quando não é o prestador do serviço, está enriquecendo ilicitamente.

E persiste a gravidade da situação com a inobservância deliberada do Agravante do comando inserido no artigo 5º, inciso LIV, da Carta Política de 1988, posto que, utilizando a condição de gestor, promove retenção indevida de receita das empresas, privando-as do bem mais necessário: a remuneração.

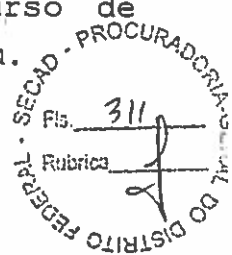
Esse fato é de extrema gravidade porque coloca as permissionárias "nas mãos" dos administradores para sujeitarem-se ao seu arbítrio.

E, mais, acolher a pretensão do Agravante de que os valores retidos devem se pagos por meio de precatório, é ratificar a apropriação indébita do DFTRANS, atitude ilegal, inconstitucional e arbitrária.

Isto posto, requer seja improvido o recurso de agravo de instrumento e mantida a decisão de primeiro grau.

II - DA ANTECIPAÇÃO DE TUTELA CONTRA
A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA.

O Agravante alega que a decisão de primeiro grau deve ser reformada porque "existem claras vedações legais para



(Handwritten mark)

concessão de tutela antecipada contra a Fazenda Pública, as quais são perfeitamente aplicáveis ao caso dos autos".

Ocorre, todavia, que não merece guarida a irresignação do Agravante.

Relativamente ao regime geral que orienta o instituto da antecipação de efeitos da tutela, nenhuma disposição específica foi editada para diferenciar as entidades públicas para excluí-las de sua aplicação.

Para José Roberto dos Santos Bedaque[34] a garantia da tutela jurisdicional é de todo cidadão, sendo assim, possível a tutela antecipada contra o ente público nas situações em que estiverem presente os requisitos do art. 273 do CPC, pois a proteção é única.

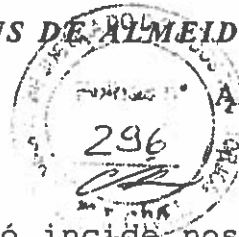
Aduz Luiz Guilherme Marinoni[37] que "se é possível a tutela antecipada contra o particular, nada deve impedir a tutela antecipada contra a Fazenda Pública."

Ora, se o particular não tivesse direito à medida de urgência contra o Poder Público, era o mesmo que dizer que o jurisdicionado poderia ser lesado pela Fazenda quando esta for ré.

E, ao contrário do que afirmado pelo Agravante, as Leis n°s 8.437/92, 9.494/97 e 12.016/09 não são óbices à concessão dos efeitos da tutela em favor das Agravadas.

A vedação de tutela antecipada contra a Fazenda Pública prevista no artigo 1° da Lei n° 9.494/97, mesmo que tal dispositivo tenha sido declarado constitucional pelo STF, só se aplica a: **reclassificação ou equiparação de servidores públicos, concessão de aumento ou extensão de vantagens pecuniárias, outorga ou acréscimos de vencimentos, pagamentos de vencimentos e vantagens pecuniárias a servidor público, esgotamento, total ou parcial, do objeto da ação desde que tal ação diga respeito, exclusivamente, a qualquer das matérias acima referidas.**

PROCURA
Fls. 312
Rubrica
DISTRITO FEDERAL



E a Lei nº 12.016/2009, que só incide nos em sede de mandado de segurança, proíbe seja concedida medida liminar ou antecipação de tutela que tenha "por objeto a compensação de créditos tributários, a entrega de mercadorias e bens provenientes do exterior, a reclassificação ou equiparação de servidores públicos e a concessão de aumento ou a extensão de vantagens ou pagamento de qualquer natureza".

Já a Lei nº 8.437/92 só tem aplicação quando o procedimento for cautelar ou ações de natureza cautelar ou preventiva.


Dessa forma, não tratando a ação ajuizada pelas Agravadas de mandado de segurança, de ação de natureza cautelar ou preventiva e nem de reclassificação ou equiparação de servidores, muito menos de concessão de aumento ou extensão de vantagens, as proibições contidas nas leis acima não podem ser aplicadas no presente caso.

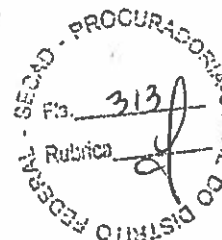
Isto posto, requer seja desprovido o recurso adesivo e mantida a sentença de primeiro grau por seus próprios fundamentos.

III - DO PEDIDO

Diante do exposto, requer seja improvido o recurso, mantendo-se a decisão a quo por seus próprios fundamentos, observados os argumentos acima.

Brasília, 17 de dezembro de 2012,


VIVIANE KALINY LOPES DE SOUZA
OAB/DF nº 26.717





Órgão
Processo N.
Agravante(s)

Agravado(s)
Relator
Acórdão Nº

2ª Turma Cível
Agravado de Instrumento 20120020278454AGI
DFTRANS TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO
FEDERAL
VIPLAN VIACÃO PLANALTO LTDA E OUTROS
Desembargador WALDIR LEÔNCIO LOPES JÚNIOR
671.901

EMENTA

OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER. PRECATÓRIO. DESNECESSIDADE. Na ação cominatória movida contra a Fazenda Pública não há sentença condenatória à obrigação de dar (pagamento), mas à obrigação de "fazer"/"não fazer". Isso significa que a segunda fase do processo de conhecimento, por ocasião da execução da sentença, se favorável aos autores, não segue o rito do art. 730 do CPC; conseqüentemente, a eventual futura execução de sentença a ser proferida nessa ação não ensejará a expedição de precatório ou RPV. Recurso conhecido e não provido.

ACÓRDÃO

Acordam os Senhores Desembargadores da 2ª Turma Cível do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, WALDIR LEÔNCIO LOPES JÚNIOR - Relator, J.J. COSTA CARVALHO - Vogal, SÉRGIO ROCHA - Vogal, sob a Presidência do Senhor Desembargador J.J. COSTA CARVALHO, em proferir a seguinte decisão: **NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME**, de acordo com a ata do julgamento e notas taquigráficas.

Brasília (DF), 10 de abril de 2013

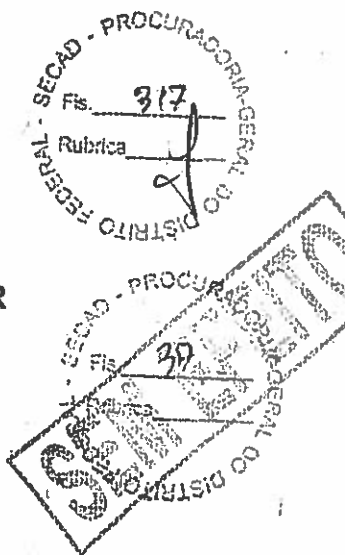
WJ

Certificado nº: 71 43 2B F2 00 05 00 00 10 2A
24/04/2013 - 13:09

Desembargador **WALDIR LEÔNCIO LOPES JÚNIOR**
Relator



Código de Verificação: S2C5.2013.FIAM.KG7J.ZQTR.C48A



efetive o repasse, em até 5 (cinco) dias, dos valores incontroversos, reconhecidos no MEMO n.º 268/2012, DFTRANS-SBA-IS107/11.

Em suma, o agravante postulou a antecipação dos efeitos da tutela recursal para suspender a eficácia da decisão agravada, uma vez que "é juridicamente impossível haver a liberação de verba pública por meio de decisão interlocutória"; no mérito, postulou "seja dado provimento ao presente recurso para cassar a decisão interlocutória recorrida, uma vez que o juízo a quo, data venia, incorreu em manifesto error in procedendum".

Destaco que, em suas razões recursais, o agravante historia longamente sobre a instituição e funcionamento do SBA (Sistema de Bilhetagem Automática), ao tempo em que noticia a ocorrência de abusos, irregularidades e imoralidades cometidas em detrimento dos cofres públicos.

Indeferi a antecipação dos efeitos da tutela recursal (fls. 283-284).

Os agravados apresentaram contraminuta (fls. 288-296).

É o relatório.

VOTOS

O Senhor Desembargador WALDIR LEÔNCIO LOPES JÚNIOR - Relator

Conheço do recurso, presentes os pressupostos de admissibilidade.

A questão posta a julgamento é de extrema singeleza e passa ao largo da discussão sobre as irregularidades ou ilegalidades cometidas pelas agravadas. O agravante devolve a esta instância recursal apenas o exame da



Código de Verificação: S2C5.2013.FIAM.KG7J.ZQTR.C48A

GABINETE DO DESEMBARGADOR WALDIR LEÔNCIO LOPES JÚNIOR



pressupostos, deferir a medida cautelar em caráter incidental do processo ajuizado.

A douta decisão agravada atendeu a esses requisitos, uma vez que a medida postulada (i) é urgente, porque do contrário desfalcaria a renda das agravadas e poderia comprometer sua higidez financeira, (ii) é reversível (porque os repasses são realizados diariamente e seria possível eventual futura compensação) e (iii) o direito alegado pelas agravadas é verossímil no sentido de que a retenção da verba é indevida.

A propósito, ao ensejo do despacho que recebeu o agravo de instrumento consignei, *in verbis*:

No particular, primo oculi, as razões apresentadas pelo agravante não são relevantes. Isso porque o Memorando n. 268/2012, expedido pela Comissão Executiva de Gestão do Sistema de Bilhetagem Automática do DFTRANS, reconheceu a existência de crédito a favor das agravadas no valor de R\$ 1.311.115,50, bem como a retenção indevida de valores tendo em vista a falta de notificação do "operador do Grupo Canhedo quanto as (sic) glosas efetuadas no lapso compreendido entre 06/08/2011 e 09/03/2012" (fl. 62). Conclui, por isso, pelo pagamento dos valores glosados. Nesse passo, não há falar em pagamento dos serviços contratados por meio de precatório (fl. 27). De outra banda, o perigo de lesão grave e de difícil reparação reside nos nefastos efeitos econômicos a serem suportados pelas sociedades empresárias recorridas em razão do inadimplemento do ente distrital, notadamente porque o serviço contratado já foi prestado.



Código de Verificação: S2C5.2013.FIAM.KG7J.ZQTR.C48A

GABINETE DO DESEMBARGADOR WALDIR LEÔNCIO LOPES JÚNIOR



Veja-se: não há sentença condenatória à obrigação de dar (pagamento), mas à obrigação de "não fazer". Isso significa que a segunda fase do processo de conhecimento, por ocasião da execução da sentença, se favorável aos agravados, não segue o rito do art. 730 do CPC; conseqüentemente, a execução de sentença favorável aos agravados (*ad argumentandum*) não ensejará em nenhuma hipótese a expedição de precatório ou RPV.

Essa, distinção entre condenação da Fazenda Pública por obrigação de dar e obrigação de fazer (ou não fazer) emana da jurisprudência tranquila do colendo STJ. Este colendo Tribunal entende ser possível a cominação de *astreintes* à Fazenda Pública pelo descumprimento de obrigação de fazer ou não fazer importa por meio de decisão judicial (sentença ou decisão interlocutória); o mesmo raciocínio, no entanto, não se aplica à obrigação de dar (pagamento). Confirmam-se, *in verbis*:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL.
 PREVIDENCIÁRIO. OBRIGAÇÃO DE DAR. PAGAMENTO DE QUANTIA CERTA
 POR PRECATÓRIO. PREVISÃO DE MULTA DIÁRIA. IMPOSSIBILIDADE.
 PROVIMENTO.

- A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça firmou-se no sentido de ser possível a imposição de multa, ainda que contra a Fazenda Pública, em se tratando de obrigação de fazer.

- Versando, todavia, a situação dos autos acerca de execução por quantia certa, descabe falar em aplicação da multa diária.

- Agravo regimental provido. (AgRg no Recurso Especial n. 951.072 – RS, Relator: Ministro Og Fernandes)





CERTIDÃO

Órgão : 2ª TURMA CÍVEL
Espécie : AGRAVO DE INSTRUMENTO
Num Processo : 2012 00 2 027845-4
Reg. Acórdão : 671901
Relator Des. : WALDIR LEÔNIO LOPES JÚNIOR
Agravante(s) : DFTRANS TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL
Advogado(s) : EDVALDO COSTA BARRETO JUNIOR (Procurador)
Agravado(s) : VIPLAN VIACÃO PLANALTO LTDA E OUTROS
Advogado(s) : MARCUS VINICIUS DE ALMEIDA RAMOS e outro(s)
Origem : 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO DF - 20120111149723 -
Procedimento Ordinário

Ementa : OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER. PRECATÓRIO.
DESNECESSIDADE. Na ação cominatória movida contra a Fazenda Pública não há sentença condenatória à obrigação de dar (pagamento), mas à obrigação de "fazer"/"não fazer". Isso significa que a segunda fase do processo de conhecimento, por ocasião da execução da sentença, se favorável aos autores, não segue o rito do art. 730 do CPC; consequentemente, a eventual futura execução de sentença a ser proferida nessa ação não ensejará a expedição de precatório ou RPV. Recurso conhecido e não provido.

Decisão : NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME

Certifico e dou fé que o acórdão de Nº 671.901 foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, disponível no endereço eletrônico <https://tjdf11.tjdf1.gov.br/dje/djeletronico>, no dia 25 de abril de 2013, às fls. 118/127. Considera-se como publicado no primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização, nos termos da Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006.

Brasília -DF, 25 de abril de 2013


IOLANDA R. MALO DA S. BRAGANÇA
Diretora de Secretaria da 2ª Turma Cível



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA - PROCAD

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO
EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS
TERRITÓRIOS.

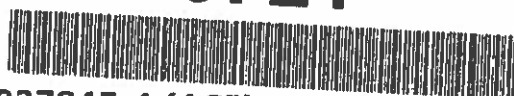
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

2ª TURMA CÍVEL

24/05/2013

12:12:51

6721



REF.: PROCESSO N.º 2012.00.2.027845-4 (AGI)

AGRAVANTE: DFTRANS

AGRAVADOS: VIPLAN - VIAÇÃO PLANALTO LTDA. E OUTROS

DFTRANS, já devidamente qualificado, nos autos do Agravo de Instrumento em epígrafe identificado, por seu Procurador abaixo assinado e regularmente constituído por força de lei, com o devido respeito e acatamento, com fundamento no art. 102, III, "a", da Constituição da República, combinado com os artigos 541 e seguintes do Código de Processo Civil, vem interpor o presente

RECURSO EXTRAORDINÁRIO

por não se conformar com o v. acórdão proferido nos autos já identificados pela 2ª Turma Cível deste Egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal, que negou provimento ao recurso interposto, fazendo-o com base nas razões anexas e requerendo, desde já, o seu recebimento, processamento e encaminhamento ao Colendo Supremo Tribunal Federal.

Nestes termos, pede deferimento.

Brasília/DF, 22 de maio de 2013.


EDVALDO COSTA BARRETO JÚNIOR

PROCURADOR DO DISTRITO FEDERAL





306

RECURSO EXTRAORDINÁRIO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº
2012.00.2.027845-4

RECORRENTE: DFTRANS

RECORRIDOS: VIPLAN - VIAÇÃO PLANALTO LTDA. E OUTROS

RAZÕES DO RECURSO

Colendo Supremo Tribunal Federal,

Egrégia Turma,

Eméritos Ministros,

1. BREVE ESCORÇO DA DEMANDA

Na origem, as empresas VIPLAN - VIAÇÃO PLANALTO LTDA., CONDOR - TRANSPORTES URBANOS LTDA. E LOTÁXI - TRANSPORTES URBANOS LTDA., ora agravadas, ajuizaram ação cominatória em desfavor do DFTRANS com o objetivo de obter valores dos cofres públicos que perfazem importância superior a **R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)**.

Para embasar o seu pleito, as agravadas valeram-se dos seguintes argumentos:

- (i) Afirmam que são permissionárias do serviço de transporte de ônibus coletivo;
- (ii) Narram que foi implantado no âmbito do Distrito Federal o sistema de bilhetagem automática (SBA), por meio do qual o pagamento das tarifas pelos usuários era feito

PROCURADORIA
Fls. 323
Rubrica



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA – PROCAD

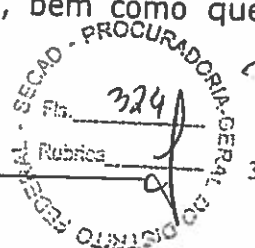
307
CA

por meio de catracas eletrônicas e cartões magnéticos;

- (iii) Contam que a implantação do referido sistema foi custeada pelas empresas permissionárias;
- (iv) Afirmam que o sistema de bilhetagem funciona da seguinte forma: o SBA, que atualmente é gerido pelo DFTRANS, comercializa as passagens por meio de cartões magnéticos e a receita que arrecada deve ficar disponível às empresas transportadoras;
- (v) Continuam, afirmando que os repasses são feitos para as permissionárias na proporção de uso pelos usuários, após a efetiva prestação do serviço;
- (vi) Narram, mas sem qualquer prova, que, atualmente, os repasses são feitos pela agravante ao seu bel-prazer, a qualquer tempo e modo;
- (vii) Aduzem que, em decorrência dos repasses ainda não efetuados, a agravante glosou mais de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) que supostamente seriam devidos às agravadas;
- (viii) Dizem que, por conta de um memorando expedido pelo DFTRANS, este havia reconhecido o débito em favor das agravadas no importe de R\$ 1.311.115,50 (Memo n.º 268/2012);

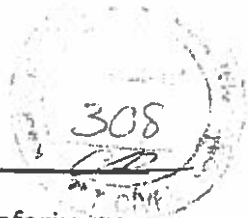
Em síntese, estes foram os argumentos levantados pelas empresas agravadas para embasar o seu pleito.

Ao final de sua narrativa, pediram a antecipação dos efeitos da tutela no sentido de determinar ao DFTRANS que se abstinhasse de fazer novas retenções dos valores que lhes são supostamente devidos, bem como que fosse procedido ao repasse imediato dos valores já retidos.





PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA - PROCAD



Ao analisar o pleito antecipatório, o Juízo recorrido o deferiu nos seguintes termos:

"[...]"

Ante o exposto, defiro a antecipação dos efeitos da tutela para determinar que o Réu se abstenha de fazer retenções indevidas no repasse dos valores decorrentes do sistema de bilhetagem automática, bem como para que efetive o repasse, em até 5 (cinco) dias, dos valores incontroversos, reconhecidos no MEMO n.º 268/2012, DFTRANS-SBA-IS107/11."

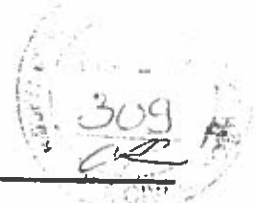
Em face dessa decisão, o DFTRANS interpôs agravo de instrumento, o qual foi distribuído para a 2ª Turma Cível do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, que o desproveu nos seguintes termos:

"OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER. PRECATÓRIO. DESNECESSIDADE. Na ação cominatória movida contra a Fazenda Pública não há sentença condenatória à obrigação de dar (pagamento), mas à obrigação de "fazer/não fazer". Isso significa que a segunda fase do processo de conhecimento, por ocasião da execução da sentença, se favorável aos autores, não segue o rito do art. 730 do CPC; conseqüentemente, a eventual futura execução de sentença a ser proferida nessa ação não ensejará a expedição de precatório ou RPV. Recurso conhecido e não provido.

Ocorre que, ao assim decidir, o posicionamento adotado pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal contraria diversas disposições legais, tanto de índole constitucional, como de *status* infraconstitucional.

É justamente por entender, o DFTRANS, que tal decisão não merece sobreviver no meio jurídico, já que proferida em manifesta contrariedade à legislação de regência, sobretudo em total afronta a dispositivos de natureza constitucional, é que ora se interpõe o presente recurso extremo para que seja feita justiça no caso concreto.





Em um breve resumo, era o que tinha de relevante a ser relatado.

2. DA TEMPESTIVIDADE

O acórdão recorrido foi disponibilizado no DJE do dia 25/04/2013 (quinta-feira), o que propiciou a fluência do prazo recursal, a teor do que dispõem os §§3º e 4º do art. 4º da Lei 11.419/2009, a partir do dia 29/04/2013 (segunda-feira), extinguindo-se, portanto, o trintídio em 28/05/2013 (terça-feira). **Tempestiva**, pois, a irresignação, já que protocolizada nesta data.

3. DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS. DO NECESSÁRIO JUÍZO POSITIVO DE ADMISSIBILIDADE DO PRESENTE RECURSO.

3.1 Dos pressupostos recursais gerais.

Quanto à **tempestividade**, não há dúvida de que a protocolização do presente recurso na presente data lhe assegura o cumprimento deste pressuposto. Todavia, quanto aos demais pressupostos recursais, cumpre ao recorrente demonstrar a presença de cada um deles. Vejamos:

O **cabimento e adequação** encontram-se presentes no caso em apreço. Isto porque, o recurso extraordinário – meio de impugnação ora manejado – é o recurso cabível e adequado quando a decisão recorrida tiver sido proferida em última instância e em flagrante violação à Constituição da República.

A **regularidade formal** também foi atendida no caso, pois, em que pese haja dispensa legal de pagamento de preparo e custas processuais para a Fazenda Pública (art. 511, §1º, do CPC), a forma escrita foi observada.

Ainda nessa ordem de idéias, **inexistem impedimentos** ✍



recursais, como, por exemplo, a preclusão lógica, mas encontra-se presente o interesse recursal, haja vista a possibilidade de ser alterada de forma positiva a situação do recorrente.

O prequestionamento e a repercussão geral, pressupostos específicos dos recursos excepcionais, este exclusivamente do extraordinário e aquele comum tanto ao especial como ao extraordinário, também encontram-se presentes no caso em exame.

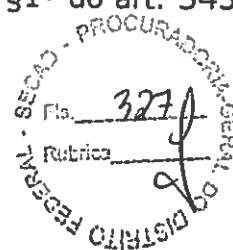
Dada a sua relevância, serão tratados em tópico específico, a seguir:

3.2 Dos pressupostos recursais específicos: repercussão geral e prequestionamento.

Relativamente à **repercussão geral**, tem-se que o seu advento no mundo jurídico foi devido à Reforma do Judiciário implementada pela Emenda Constitucional n.º 45/2004. Este ato normativo teve o condão de incluir o §3º ao artigo 102 da Constituição da República, segundo o qual, nos termos da lei, o recorrente deverá demonstrar a repercussão geral das questões discutidas no caso.

Assim, por imposição do Poder Constituinte Derivado, o legislador infraconstitucional editou a Lei n.º 11.418/2006, cujo objetivo, dentre outros, era o de inserir o artigo 543-A ao Código de Processo Civil, com o evidente propósito de regulamentar o instituto em tela.

A partir de então, passou-se a exigir do recorrente a demonstração da repercussão geral do recurso extraordinário. Isto é, o recorrente deverá demonstrar a existência de questões relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, tal como dispõe o §1º do art. 543-A do CPC.



No caso dos autos, consoante será demonstrado, a **repercussão geral** do presente recurso extraordinário toca as **questões jurídicas**, pois o acórdão recorrido contrariou frontalmente a regra do precatório, que se encontra encartado no art. 100 da Constituição da República.

Ao assim fazê-lo, o acórdão cria perigoso precedente que pode ganhar coro nos demais tribunais em manifesta violação ao artigo 100 da Constituição da República, situação esta que deve veementemente reprimida por este Egrégia Corte. Daí a sua repercussão geral sob a ótica jurídica.

Noutro giro e já finalizando a análise das questões relativas à admissibilidade do recurso, deve ser destacado que, de forma explícita, a matéria aqui discutida foi de análise pelo Tribunal de origem.

Em outras palavras, também o pressuposto do **prequestionamento** encontra-se presente, pois o acórdão recorrido versou, ora expressa, ora implicitamente, sobre a matéria constitucional tida por violada.

Assim, uma vez demonstrados todos os requisitos para que o presente recurso seja admitido, passa-se ao exame das razões que embasarão a cassação ou a reforma do acórdão recorrido.

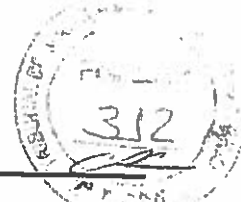
4. DO MÉRITO RECURSAL

4.1 Da violação ao artigo 100 da Constituição da República de 1988.

Com o devido respeito, Eminentes Julgadores, deve ser salientado que o Tribunal de origem não agiu com o costumeiro acerto. Afirma-se isso, pois o acórdão ora recorrido, implicitamente, feriu de morte regra posta no artigo 100 da Constituição da República, que consagra a necessidade de obediência ao regime dos precatórios quando se tratar de pagamentos devidos pela Fazenda Pública em processos judiciais. Explica-se:



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA - PROCAD



Como se vê da leitura do acórdão recorrido, a 2ª Turma Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios negou provimento ao recurso de agravo de instrumento interposto pelo DFTRANS, ao argumento de que, em sede de ação cominatória em que se objetiva o pagamento de dinheiro, não há obrigação de dar (pagamento), mas sim obrigação de fazer/não fazer.

Com base nessa linha de raciocínio, o entendimento encampado pelo Tribunal recorrido foi no sentido de que, neste caso concreto, não seria aplicável a regra do precatório.

Ocorre que está não é a melhor que interpretação que se confere ao dispositivo em comento. Explica-se:

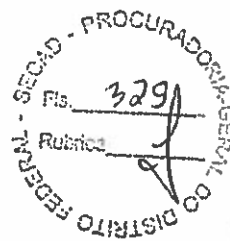
Os débitos da Fazenda Pública, constituídos por meio de decisão judicial (sentença) somente poderão ser adimplidos após o trânsito em julgado da sentença. Este é o teor do artigo 100 da Constituição da República. O caso dos autos é justamente este: há claro debate acerca da certeza ou não do direito das empresas recorridas em receber o valor pleiteado no juízo de piso. Isto é, não há certeza acerca do direito ao pagamento da importância pleiteada em juízo (R\$ 1.300.000,00).

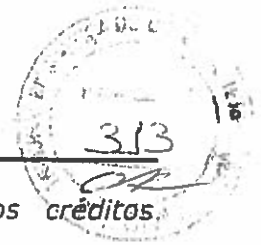
Em outro de dizer, em se tratando de obrigação de pagar contra a Fazenda Pública, como é o caso dos autos, não se procederá a medidas de constrição patrimonial. Aplicam-se as regras do Precatório (ou da Requisição de Pequeno Valor, conforme o caso), a partir da presunção de solvibilidade do Poder Público.

Vejamos o que diz a legislação que trata do tema:

CONSTITUIÇÃO FEDERAL:

Art. 100. Os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de





peessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.

*§ 1º Os débitos de natureza alimentícia compreendem aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou por invalidez, fundadas em responsabilidade civil, **em virtude de sentença judicial transitada em julgado**, e serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, exceto sobre aqueles referidos no § 2º deste artigo.*

(...)

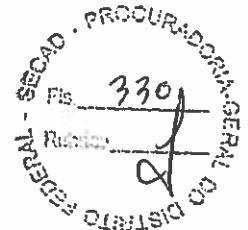
*§ 3º O disposto no caput deste artigo relativamente à expedição de precatórios não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em leis como de pequeno valor que as Fazendas referidas devam fazer **em virtude de sentença judicial transitada em julgado**.*

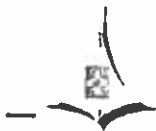
(...)

*§ 5º É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos, **oriundos de sentenças transitadas em julgado**, constantes de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente.*

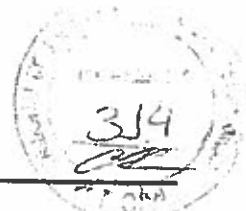
CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL:

Art. 730. Na execução por quantia certa contra a Fazenda Pública, citar-se-á a devedora para opor embargos em 10 (dez) dias; se esta não os opuser, no prazo legal, observar-se-ão as seguintes regras:





PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA - PROCAD



I - o juiz requisitará o pagamento por intermédio do presidente do tribunal competente;

II - far-se-á o pagamento na ordem de apresentação do precatório e à conta do respectivo crédito.

Realmente, em razão da exigência constitucional e legal acima citada, a expedição das requisições de pagamento (sejam Precatórios, sejam Requisições de Pequeno Valor) pressupõe o trânsito em julgado não só da decisão proferida na fase de conhecimento, mas também dos próprios Embargos à Execução eventualmente interpostos pela Fazenda Pública, conforme pacífico e remansoso entendimento do C. Superior Tribunal de Justiça:

"EMBARGOS À EXECUÇÃO. EFEITO SUSPENSIVO. AGRAVO REGIMENTAL CONTRA DECISÃO QUE INDEFERIU A CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO. (...) 2. A expedição do precatório somente se viabiliza após a definição do quantum debeatur, resultante do exame das questões arguidas nos embargos à execução. Nesses termos, OS VALORES IMPUGNADOS SOMENTE PODERÃO SER PAGOS APÓS O TRÂNSITO EM JULGADO DOS EMBARGOS À EXECUÇÃO, INDEPENDENTEMENTE DA CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO. 3. Agravo regimental desprovido." (grifamos):

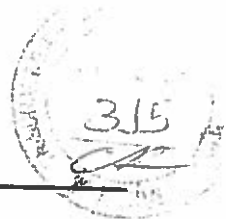
(AgRg nos EmbExeMS 6.864/DF, Rel. Ministra LAURITA VAZ, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 13/10/2010, DJe 05/11/2010)

Dessa maneira, ainda que os valores fossem incontroversos, o que se admite somente para argumentar, não seria possível o pagamento por meio de uma decisão interlocutória. Questão anterior e prejudicial ainda está *sub judice*, sendo constitucionalmente vedado, portanto, o cumprimento da decisão, *8*





PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA - PROCAD



sendo certo que somente com o trânsito em julgado respectivo poderá eventual pagamento ser feito em favor das recorridas.

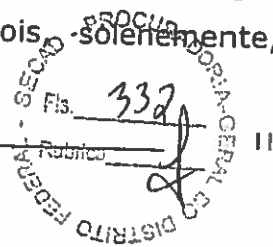
De fato, a expedição de Precatório ou de Requisição de Pequeno Valor depende do trânsito em julgado da decisão judicial, **entendida esta como a última proferida no processo de execução que diga respeito à quantia devida, ou seja, trânsito em julgado dos Embargos à Execução.**

É a própria Lei Maior que veda a expedição de Precatório e de Requisição de Pequeno Valor enquanto o crédito ou o procedimento para quitá-lo estiverem sendo objeto de discussão judicial, revelando à toda prova a absoluta impossibilidade de cumprimento da decisão recorrida, sob pena de direta violação aos artigos 100 da CF/88 e 730 do CPC.

Nesse diapasão, verifica-se que a r. decisão ora recorrida, ao cancelar a decisão agravada e permitir a liberação de verba pública sem o trânsito em julgado da sentença, encerrou verdadeiro vício procedimental, contrariando dispositivos expressos da Constituição e do Código de Processo Civil, que obsta o pagamento pela Fazenda Pública antes de findo o processo executivo, o que demanda sua imediata cassação.

Ainda que assim não o entenda, sobressai a existência de "*error in iudicando*", na decisão que determina o prosseguimento da verdadeira execução contra a Fazenda Pública, na pendência de lide em que se discute o valor supostamente devido, *ex vi* do artigo 730 do CPC c/c artigo 100 da CRFB, violando-se inclusive o direito de ampla defesa e contraditório do devedor, consubstanciado no artigo 5º, incisos XXXV, LIV e LV, da Magna Carta, o que desvela a necessidade de reforma da r. decisão recorrida.

Em resumo, Nobres Ministros, o acórdão recorrido, ao permitir a sangria dos cofres públicos por meio de um processo judicial sem que tivesse havido uma respectiva sentença transitada em julgado, fere de morte a regra posta no artigo 100 da Constituição da República, pois **solenemente, descumpre a regra do precatório.**



Nessa perspectiva, a procedência do presente recurso extraordinário para reformar o acórdão recorrido no sentido de vedar a liberação de verba pública por meio de liminar é medida que se impõe.

5. DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, requer o DFTRANS o conhecimento, processamento e provimento do presente extraordinário para:

a) reconhecer que o acórdão ora recorrido laborou em manifesto *error in procedendo*, uma vez que proferido em manifesta contrariedade à regra do precatório prevista no artigo 100 da Constituição da República;

b) em consequência do reconhecimento pugnado na alínea anterior, requer o DFTRANS que o acórdão recorrido seja reformado para, dando provimento ao agravo de instrumento interposto, impeça o pagamento de verba pública por meio de decisão liminar.

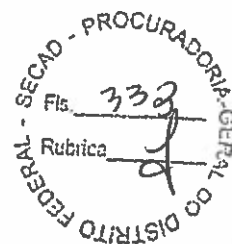
Requer, por fim, a intimação do recorrido para, querendo, oferecer contrarrazões ao presente recurso.

Termos em que pede deferimento.

Brasília, 22 de maio de 2013.

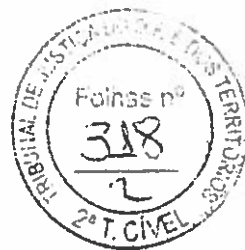

EDVALDO COSTA BARRETO JÚNIOR

Procurador do Distrito Federal





PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Gabinete da Presidência



Órgão:	PRESIDÊNCIA
Classe:	AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo:	2012 00 2 027845-4
Agravante	DFTRANS TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL
Advogado:	EDVALDO COSTA BARRETO JUNIOR (Procurador)
Agravados	VIPLAN VIACÃO PLANALTO LTDA, CONDOR TRANSPORTES URBANOS LTDA, LOTÁXI TRANSPORTES URBANOS LTDA
Advogado:	MARCUS VINICIUS DE ALMEIDA RAMOS

DESPACHO

Trata-se de recurso extraordinário interposto contra acórdão prolatado em agravo de instrumento, este manejado contra decisão proferida em processo de conhecimento, em sede de ação cominatória.

Nos termos do artigo 542, § 3º, do Código de Processo Civil, cuida-se de caso de retenção do recurso, impondo-se o seu apensamento aos autos da causa. Baixem, pois, os autos ao Órgão Julgador de origem para intimar. Após, apense-se aos autos principais, nos termos da Resolução 6, de 30/6/1999.

Documento assinado digitalmente em 27/05/2013 14:34:26
Desembargador **DÁCIO VIEIRA**
Presidente do Tribunal de Justiça do
Distrito Federal e dos Territórios

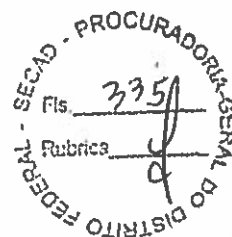
A018



Código de Verificação: G86L.2013.5GQZ.7UA9.U4NN.5ODY

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001.

O documento pode ser acessado no endereço eletrônico <http://www.tjdft.jus.br/servicos/autenticacao-de-documentos-eletronicos> informando o código de verificação.





CERTIDÃO

Órgão : 2ª TURMA CÍVEL
Espécie : AGRAVO DE INSTRUMENTO
Núm Processo : 2012 00 2 027845-4
Relator Des. : WALDIR LEÔNCIO LOPES JÚNIOR
Agravante(s) : DFTRANS TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL
Advogado(s) : EDVALDO COSTA BARRETO JUNIOR (Procurador)
Agravado(s) : VIPLAN VIACÃO PLANALTO LTDA E OUTROS
Advogado(s) : MARCUS VINICIUS DE ALMEIDA RAMOS e outro(s)
Origem : 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO DF - 20120111149723 -
Procedimento Ordinário

Despacho fls. 318 : " Trata-se de recurso extraordinário interposto contra acórdão prolatado em agravo de instrumento, este manejado contra decisão proferida em processo de conhecimento, em sede de ação cominatória. Nos termos do artigo 542, § 3º, do Código de Processo Civil, cuida-se de caso de retenção do recurso, impondo-se o seu apensamento aos autos da causa. Baixem, pois, os autos ao Órgão Julgador de origem para intimar. Após, apense-se aos autos principais, nos termos da Resolução 6, de 30/6/1999. Brasília, 27 de maio de 2013. Desembargador DÁCIO VIEIRA - Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios."

Certifico e dou fé que o despacho de folhas 318 foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, disponível no endereço eletrônico <https://tjdf11.tjdft.gov.br/dje/djeletronico>, no dia **29 de maio de 2013**, às fls. 91/94. Considera-se como publicado no primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização, nos termos da Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006.

Brasília -DF, 29 de maio de 2013.


IOLANDA R. MALO DA S. BRAGANÇA
Diretora de Secretaria da 2ª Turma Cível



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

Conteúdo

PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

PROCAD

EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO PRESIDENTE DO EGRÉGIO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

O **DFTRANS**, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo Procurador do Distrito Federal adiante assinado e regularmente constituído por força de lei, no exercício regular das atribuições do cargo, com domicílio na SAIN, Bloco I, Edifício Sede da Procuradoria Geral do Distrito Federal, Brasília/DF, com o devido respeito e acatamento, com fundamento nos artigos 798 e 799 do Código Processo Civil, ajuizar esta

MEDIDA CAUTELAR

COM PEDIDO DE LIMINAR

em face do conteúdo da decisão interlocutória proferida pela Egrégia 2ª Turma Cível de Brasília, que decidiu por reter o recurso extraordinário, processo nº. 2012.00.2.027845-4 - nos autos da Ação Cominatória proposta pelas empresas VIPLAN - VIAÇÃO PLANALTO LTDA.; CONDOR - TRANSPORTES URBANOS LTDA.; E LOTÁXI - TRANSPORTES URBANOS LTDA, inscritas no





PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

PROCAD

CNPJ sob os nºs 00.091.702/0001-28, 00.647.289/0001-35 e 00.601.674/0001-41, respectivamente, que podem ser citadas, todas elas, no SGCV/Sul, Conjuntos 7/8, Brasília/DF, bem como seu imediato processamento, ainda que proveniente de decisão interlocutória.

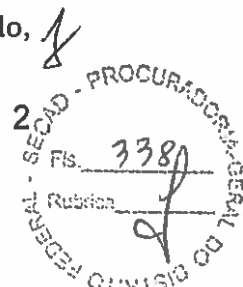
O v. acórdão relativo ao Agravo de Instrumento, entendeu que se tratava de caso de retenção do recurso extraordinário e determinou o seu apensamento aos autos da causa, contudo tal posicionamento, com o devido respeito, não merece prosperar, tendo em vista o *fumus boni iuris*, representado pela consistência jurídica do Recurso Extraordinário interposto (cópia anexada), e o *periculum in mora* em face dos irreparáveis danos que o v. Acórdão combatido causará à Entidade Autarquia e à própria sociedade.

I – Do cabimento da medida cautelar

Embora haja fundada dúvida na doutrina acerca de qual o remédio cabível para permitir o imediato processamento dos recursos excepcionais que foram objeto de retenção, a jurisprudência deste Egrégio Supremo Tribunal Federal tem admitido o manejo de medida cautelar para tais situações.

O cabimento da medida cautelar em hipóteses como a presente, como se sabe, está vinculada tão somente à existência de seus conhecidos requisitos: *fumus boni iuris* e *periculum in mora*. No caso concreto, como restará mais adiante evidenciado, de fato estão perfeitamente caracterizados tais requisitos.

Ainda quanto ao cabimento e objeto desta medida cautelar, cumpre esclarecer que o recurso extraordinário interposto, embora se volte contra acórdão prolatado em sede Agravo de Instrumento, portanto apresentado contra decisão interlocutória, não poderá permanecer retido, como seria usual, nos termos do Art. 542, § 3º do Código Processo Civil.





PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

PROCAD

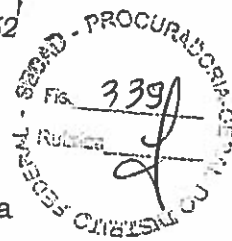
É que a jurisprudência desse Egrégio Tribunal, trilhando o caminho que os doutrinadores já apontavam, vem aceitando, em certas hipóteses, medida cautelar para afastar a regra mencionada, determinando a subida imediata do recurso extraordinário que impugna decisão interlocutória.

Observem a emente do seguinte julgado, que bem demonstra a possibilidade de cabimento da medida cautelar no caso em apreço:

EMENTA AGRAVO REGIMENTAL EM AÇÃO CAUTELAR. RECURSO EXTRAORDINÁRIO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO RETIDO NA ORIGEM. ART. 542, § 3º, DO CPC. PROCESSAMENTO IMEDIATO. 1. Embora a jurisprudência desta Corte admita o ajuizamento de ação cautelar para impugnar a retenção de recurso extraordinário fundada no art. 542, § 3º, do CPC, o excepcional processamento imediato do apelo extremo interposto contra decisão de caráter interlocutório supõe seja (i) comprovado o risco de prejuízo irreparável ou de difícil reparação; e (ii) demonstrado a viabilidade processual do recurso extraordinário e a plausibilidade da tese nele defendida. Precedentes. 2. Conducente, o exame perfunctório da admissibilidade do recurso extraordinário cujo trânsito imediato a parte pretende viabilizar, à ausência do fumus boni iuris, não se justifica, forte nos arts. 796 a 812 do CPC e 304 do RISTF, a ação cautelar. Agravo regimental conhecido e não provido.

(AC 3265 AgR, Relator(a): Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, julgado em 05/03/2013, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-052 DIVULG 18-03-2013 PUBLIC 19-03-2013)

É, *data venia*, incontroverso o cabimento da medida cautelar em questão, tendo em vista que, segundo se verá a seguir, presentes os seus pressupostos.





PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

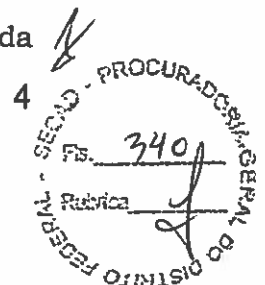
PROCAD

II - O caso concreto

Na origem, as empresas VIPLAN - VIAÇÃO PLANALTO LTDA.; CONDOR - TRANSPORTES URBANOS LTDA.; E LOTÁXI - TRANSPORTES URBANOS LTDA. ajuizaram ação cominatória em desfavor do DFTRANS com o objetivo de obter valores dos cofres públicos que perfaziam à época importância superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).

Para embasar o seu pleito, aqueles Autores da Ação Cominatória valeram-se dos seguintes argumentos:

- (i) Afirmam que são permissionárias do serviço de transporte de ônibus coletivo;
- (ii) Narram que foi implantado no âmbito do Distrito Federal o sistema de bilhetagem automática (SBA), por meio do qual o pagamento das tarifas pelos usuários era feito por meio de catracas eletrônicas e cartões magnéticos;
- (iii) Contam que a implantação do referido sistema foi custeada pelas empresas permissionárias;
- (iv) Afirmam que o sistema de bilhetagem funciona da seguinte forma: o SBA, que atualmente é gerido pelo DFTRANS, comercializa as passagens por meio de cartões magnéticos e a receita que arrecada deve ficar disponível às empresas transportadoras;
- (v) Continuam afirmando que os repasses são feitos para as permissionárias na proporção de uso pelos usuários, após a efetiva prestação do serviço;
- (vi) Narram, mas sem qualquer prova, que, atualmente, os repasses são feitos pelo DFTRANS ao seu bel-prazer, a qualquer tempo e modo;
- (vii) Aduzem que, em decorrência dos repasses ainda





PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

PROCAD

não efetuados, o DFTRANS glosou mais de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) que supostamente seriam devidos àquelas Autoras da Ação Cominatória;

(viii) Dizem que, por conta de um memorando expedido pelo DFTRANS, este havia reconhecido o débito em favor das Autoras no importe de R\$ 1.311.115,50 (Memo n.º 268/2012);

Em síntese, estes foram os argumentos levantados pelas empresas Autoras para embasar o seu pleito.

Ao final de sua narrativa, pediram a antecipação dos efeitos da tutela no sentido de determinar ao DFTRANS que se abstinhasse de fazer novas retenções dos valores que lhes são supostamente devidos, **bem como que fosse procedido ao repasse imediato dos valores já retidos.**

Ao analisar o pleito antecipatório, o Juízo *a quo* o deferiu nos seguintes termos:

"[...] Ante o exposto, defiro a antecipação dos efeitos da tutela para determinar que o Réu se abstenha de fazer retenções indevidas no repasse dos valores decorrentes do sistema de bilhetagem automática, bem como para que efetive o repasse, em até 5 (cinco) dias, dos valores incontroversos, reconhecidos no MEMO n.º 268/2012, DFTRANS-SBA-IS107/11."

Em face dessa decisão, o DFTRANS interpôs agravo de instrumento, o qual foi distribuído para a 2ª Turma Cível do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, que o desproveu nos seguintes termos:

"OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER. PRECATÓRIO. DESNECESSIDADE. Na ação cominatória movida contra a Fazenda Pública não há sentença condenatória à obrigação de dar (pagamento), mas à obrigação de "fazer/não fazer". Isso significa que a segunda fase do processo de conhecimento, por ocasião da execução da sentença, se favorável aos autores, não segue o rito do art. 730 do CPC; conseqüentemente, a eventual futura execução de sentença a ser proferida nessa ação não ensejará a expedição de precatório ou RPV. Recurso conhecido e não provido."





PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

PROCAD

Ocorre que, ao assim decidir, o posicionamento adotado pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal contrariou diversas disposições legais, tanto de índole constitucional, como de *status* infraconstitucional.

É justamente por entender, o DFTRANS, que tal decisão não merece sobreviver no meio jurídico, já que proferida em manifesta contrariedade à legislação de regência, sobretudo em total afronta a dispositivos de natureza constitucional, se interpôs recurso extremo para que fosse feita justiça no caso concreto.

Todavia, o Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, ao efetuar o primeiro juízo de admissibilidade do recurso, concluiu que, *verbis*:

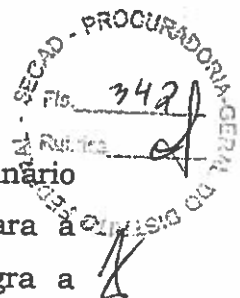
"Trata-se de recurso extraordinário interposto contra acórdão prolatado em agravo de instrumento, este manejado contra decisão proferida em processo de conhecimento, em sede de ação cominatória. Nos termos do artigo 542, §3º, do Código de Processo Civil, cuida-se de caso de retenção do recurso, impondo-se o seu apensamento aos autos da causa."

Isto é, o Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios submeteu o recurso extraordinário interposto ao regime de retenção, mesmo existindo risco grave e iminente para a parte recorrente.

Em um breve resumo, era o que tinha de relevante a ser relatado.

III – Do recurso extraordinário interposto e o *fumus boni iuris*

Necessário mostrar o cabimento do recurso extraordinário já interposto e a certeza da procedência de seu pedido, pois é clara a contrariedade artigo 100 da Constituição da República, que consagra a





PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

PROCAD

necessidade de obediência ao regime dos precatórios quando se tratar de pagamentos devidos pela Fazenda Pública em processos judiciais. Explica-se:

Como se vê da leitura do acórdão guerreado por meio do recurso extraordinário submetido ao regime de retenção, a 2ª Turma Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios negou provimento ao recurso de agravo de instrumento interposto pelo DFTRANS, ao argumento de que, em sede de ação cominatória em que se objetiva o pagamento de dinheiro, não há obrigação de dar (pagamento), mas sim obrigação de fazer/não fazer.

Com base nessa linha de raciocínio, o entendimento encampado pelo Tribunal recorrido foi no sentido de que, neste caso concreto, não seria aplicável a regra do precatório.

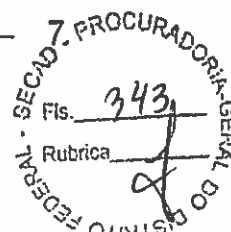
Interposto o recurso extremo adequado, novamente houve cerceamento de defesa, quando da decisão de retenção deste recurso.

Ocorre que esta não é a melhor interpretação que se confere ao dispositivo em comento. Explica-se:

Os débitos da Fazenda Pública, constituídos por meio de decisão judicial (sentença) somente poderão ser adimplidos após o trânsito em julgado da sentença. Este é o teor do artigo 100 da Constituição da República. O caso dos autos é justamente este: há claro debate acerca da certeza ou não do direito das empresas Autoras em receber o valor pleiteado no juízo de piso. Isto é, não há certeza acerca do direito ao pagamento da importância pleiteada em juízo (R\$ 1.300.000,00).

Em outro de dizer, em se tratando de obrigação de pagar contra a Fazenda Pública, como é o caso dos autos, não se procederá a medidas de constrição patrimonial. Aplicam-se as regras do Precatório (ou da Requisição de Pequeno Valor, conforme o caso), a partir da presunção de solvibilidade do Poder Público.

Vejamos o que diz a legislação que trata do tema:





PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

PROCAD

CONSTITUIÇÃO FEDERAL:

Art. 100. Os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.

§ 1º Os débitos de natureza alimentícia compreendem aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou por invalidez, fundadas em responsabilidade civil, **em virtude de sentença judicial transitada em julgado**, e serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, exceto sobre aqueles referidos no § 2º deste artigo.

(...)

§ 3º O disposto no caput deste artigo relativamente à expedição de precatórios não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em leis como de pequeno valor que as Fazendas referidas devam fazer **em virtude de sentença judicial transitada em julgado**.

(...)

§ 5º É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos, **oriundos de sentenças transitadas em julgado**, constantes de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente.

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL:

Art. 730. Na execução por quantia certa contra a Fazenda Pública, citar-se-á a devedora para opor embargos em 10 (dez) dias; se esta não os opuser, no prazo legal, observar-se-ão as seguintes regras:

I - o juiz requisitará o pagamento por intermédio do presidente do tribunal competente;





PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

PROCAD

II - far-se-á o pagamento na ordem de apresentação do precatório e à conta do respectivo crédito.

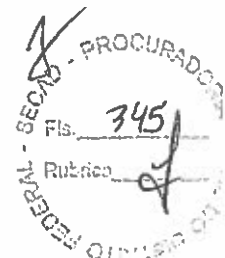
Realmente, em razão da exigência constitucional e legal acima citada, a expedição das requisições de pagamento (sejam Precatórios, sejam Requisições de Pequeno Valor) pressupõe o trânsito em julgado não só da decisão proferida na fase de conhecimento, mas também dos próprios Embargos à Execução eventualmente interpostos pela Fazenda Pública, conforme pacífico e remansoso entendimento do C. Superior Tribunal de Justiça:

*"EMBARGOS À EXECUÇÃO. EFEITO SUSPENSIVO. AGRAVO REGIMENTAL CONTRA DECISÃO QUE INDEFERIU A CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO. (...) 2. A expedição do precatório somente se viabiliza após a definição do quantum debeatur, resultante do exame das questões arguidas nos embargos à execução. Nesses termos, OS VALORES IMPUGNADOS SOMENTE PODERÃO SER PAGOS APÓS O TRÂNSITO EM JULGADO DOS EMBARGOS À EXECUÇÃO, INDEPENDENTEMENTE DA CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO. 3. Agravo regimental desprovido." (grifamos)
(AgRg nos EmbExeMS 6.864/DF, Rel. Ministra LAURITA VAZ, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 13/10/2010, DJe 05/11/2010).*

Dessa maneira, ainda que os valores fossem incontroversos, o que se admite somente para argumentar, não seria possível o pagamento por meio de uma decisão interlocutória. Questão anterior e prejudicial ainda está *sub judice*, sendo constitucionalmente vedado, portanto, o cumprimento da decisão, sendo certo que somente com o trânsito em julgado respectivo poderá eventual pagamento ser feito em favor das Autoras.

De fato, a expedição de Precatório ou de Requisição de Pequeno Valor depende do trânsito em julgado da decisão judicial, entendida esta como a última proferida no processo de execução que diga respeito à quantia devida, ou seja, trânsito em julgado dos Embargos à Execução.

É a própria Lei Maior que veda a expedição de Precatório e de Requisição de Pequeno Valor enquanto o crédito ou o procedimento





PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

PROCAD

para quitá-lo estiverem sendo objeto de discussão judicial, revelando à toda prova a absoluta impossibilidade de cumprimento da decisão recorrida, sob pena de direta violação aos artigos 100 da CF/88 e 730 do CPC.

Nesse diapasão, verifica-se que a r. decisão anteriormente agravada, ao cancelar a decisão do juízo de piso e permitir a liberação de verba pública sem o trânsito em julgado da sentença, encerrou verdadeiro vício procedimental, contrariando dispositivos expressos da Constituição e do Código de Processo Civil, que obsta o pagamento pela Fazenda Pública antes de findo o processo executivo, o que demanda sua imediata cassação. Diante disso, somente com o julgamento do Recurso Extraordinário é que se espera uma decisão justa.

Ainda que assim não o entenda, sobressai a existência de *"error in judicando"*, na decisão que determina o prosseguimento da verdadeira execução contra a Fazenda Pública na pendência de lide em que se discute o valor supostamente devido, *ex vi* do artigo 730 do CPC c/c artigo 100 da CRFB, violando-se inclusive o direito de ampla defesa e contraditório do devedor, consubstanciado no artigo 5º, incisos XXXV, LIV e LV, da Magna Carta, o que desvela a necessidade de julgamento do Recurso Extremo.

Em resumo, Nobres Ministros, o r. despacho recorrido, ao permitir a sangria dos cofres públicos por meio de um processo judicial sem que tivesse havido uma respectiva sentença transitada em julgado, fere de morte a regra posta no artigo 100 da Constituição da República, pois, solenemente, descumpre a regra do precatório.

Nessa perspectiva, o julgamento do presente recurso extraordinário para reformar o acórdão recorrido no sentido de vedar a liberação de verba pública por meio de liminar é medida que se impõe.





PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

PROCAD

IV – Sobre o *periculum in mora* e o *fumus boni iuris*. Da liminar

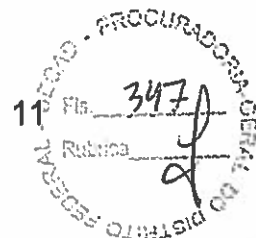
Em relação ao segundo requisito para a concessão da medida cautelar buscada, além da própria medida liminar, o *periculum in mora* e o *fumus boni iuris*, mostram-se patentes neste caso, pois não remanesce dúvida sobre os prejuízos irreparáveis que a Autarquia e via de consequência, a sociedade, experimentará caso seja mantida a decisão prolatada no v. Acórdão combatido.

Pois bem, é de fácil percepção que ambos os requisitos em comento encontram-se presentes no caso dos autos. É que a decisão anteriormente recorrida terá o condão de tentar **sangrar os cofres públicos** em quantia superior a **1,3 milhões de reais** e tal decisão, por óbvio, resultará em grave lesão e de difícil reparação ao ora Autor. Presente, pois, o *periculum in mora*.

E, como se viu, é impossível a liberação de verba pública no curso de um processo judicial sem que tenha havido o trânsito em julgado de sentença mérito e sem que tenha ocorrido expedição do respectivo precatório. Isto é, não pode haver liberação de verba pública por meio de uma simples decisão interlocutória fundada em cognição sumária. Também está presente, assim, o *fumus bonis iuris*.

Além disso, a legalidade da decisão hostilizada é, no mínimo, questionável, uma vez que as glosas efetuadas foram feitas de forma legítima em decorrência de um sistema que possui inúmeras irregularidades, além de ter origem em uma estrutura totalmente viciada, a FÁCIL.

Nessa perspectiva, Nobres Ministros, o deferimento da medida liminar é medida que impõe. Por esta razão, **requer o DFTRANS que, em sede de julgamento deste pleito, seja determinada o deferimento da medida liminar tendente a conferir efeito suspensivo a recurso extraordinário,** com o seu imediato processamento.





PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

PROCAD

Data venia, não é razoável aguardar-se toda essa peregrinação processual para solucionar questão presente neste momento.

A providência urge neste momento, estando aí representado o dano irreparável, na remota hipótese de não ser deferida a liminar. Diante disso, a medida justa seria a **concessão de liminar, inaudita altera pars**, para o fim de conferir efeito suspensivo ao recurso extraordinário já interposto, determinando-se seu processamento desde já.

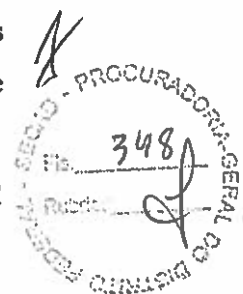
V – Do pedido

Cabalmente demonstrado o cabimento da medida cautelar, bem como o *fumus boni iuris*, representado pela consistência jurídica do recurso extraordinário interposto (cópia anexada), e o *periculum in mora*, em face os irreparáveis danos que o v. Acórdão combatido causará a Autarquia e a própria sociedade, requer-se a **concessão de liminar, inaudita altera pars**, para o fim de **determinar o imediato processamento do recurso extraordinário** já interposto, uma vez que, como se viu, a retenção do recurso poderá causar grave lesão à autarquia ora autora.

Em sede de julgamento definitivo, pugna-se pela procedência do pedido, confirmando-se a liminar que certamente será deferida e sacramentando o processamento imediato do recurso extraordinário interposto.

Requer-se ainda, a citação de **VIPLAN – VIAÇÃO PLANALTO LTDA., CONDOR – TRANSPORTES URBANOS LTDA. E LOTÁXI – TRANSPORTES URBANOS LTDA** para, querendo, contestar esta ação.

Requer provar o alegado exclusivamente por meio dos documentos ora anexados, os quais consubstanciam-se nas principais peças extraídas dos autos do Agravo de Instrumento nº 2012.00.2.027845-4, de onde emanou a decisão ora vergastada.





PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

PROCAD

Dá-se à causa, para efeitos fiscais, o valor de R\$ 100,00
(cem reais).

Brasília/DF, 1º de julho de 2013.

EDVALDO COSTA BARRETO JÚNIOR

Procurador do Distrito Federal

OAB/DF 29.190

